

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANDERSON ALVES PEREIRA GUIMARÃES**

**FATORES DE DECISÃO NA ESCOLHA DE UM CURSO SUPERIOR: ESTUDO DE  
CASO DO CURSO DE ECONOMIA-UESB**

Orientador: Ronan Soares dos Santos

**Vitória da Conquista - BA  
2009**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ANDERSON ALVES PEREIRA GUIMARÃES**

**FATORES DE DECISÃO NA ESCOLHA DE UM CURSO SUPERIOR: ESTUDO DE  
CASO DO CURSO DE ECONOMIA-UESB**

Trabalho realizado para graduação no curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, sob orientação do professor Ronan Soares dos Santos.

**Vitória da Conquista - BA  
2009**

**ANDERSON ALVES PEREIRA GUIMARÃES<sup>1</sup>**

**FATORES DE DECISÃO NA ESCOLHA DE UM CURSO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DO CURSO DE ECONOMIA-UESB**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

Data:   05  /  03  /  2009  

Banca examinadora:

Orientador:

---

Prof. Msc. Ronan Soares dos Santos  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

Membro:

---

Prof. Msc. Carlos Moisés Oliveira Chaves  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Membro:

---

Prof. Msc. Marco Antônio Araújo Longuinhos  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB

**Vitória da Conquista - BA  
2009**

---

<sup>1</sup> andersonuesb@hotmail.com

## DEDICATÓRIA

Você não sabe o quanto eu caminhei  
Prá chegar até aqui, percorri milhas e milhas  
Antes de dormir. Eu nem cochilei  
Os mais belos montes. Escalei  
Nas noites escuras. De frio chorei, ei , ei ...

A vida ensina. E o tempo traz o tom  
Prá nascer uma canção. Com a fé do dia-a-dia  
Encontro a solução. Encontro a solução...

Quando bate a saudade. Eu vou pro mar  
Fecho os meus olhos. E sinto você chegar  
Você, chegar...

AESTRADA: Toni Garrido / Lazão / Da Gama / Bino

Ao meu avô (Aloisio) e a minha avó (Santinha), In Memoriam

**Dedico este trabalho aos meus pais por sempre acreditarem em mim e ao meu filho, que só por sua simples existência me dá forças para que eu consiga ultrapassar todos os obstáculos e dificuldades que surgem no dia a dia.**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que estiveram presente neste período, que me ajudaram diretamente e indiretamente.

A Deus por estar do meu lado nesta jornada, aos meus pais que sempre me incentivaram e motivaram para conclusão do curso, ao meu filho, irmãos, sobrinhos que me deram o alicerce de uma base familiar.

Agradeço também aos meus tios e primos, que me acolheram como parte de sua própria família, me dando suporte sempre que precisei.

Aos meus colegas que estiveram junto comigo nas dificuldades enfrentadas no curso e neste período importante em minha vida.

Aos meus amigos que mesmo indiretamente influenciaram para que eu pudesse avançar cada vez mais no curso.

Aos professores que me incentivaram e me ensinaram, além de também serem grandes amigos, em especialmente ao professor Ronan, por ser meu orientador e me ajudar nesta etapa importante do trabalho monográfico.

E por fim, agradeço a minha namorada Itana por estar presente comigo neste último ano, que teve grande importância para conclusão deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico trata de um estudo exploratório que visa identificar os principais fatores que levam os estudantes a decidirem sobre o curso de economia da UESB. A amostra foi composta de alunos do curso de economia na UESB na cidade de Vitória da Conquista/BA num total de 55 entrevistados, preferencialmente matriculados regularmente nos 1º ou do 2º semestre. O questionamento visou identificar conclusões para o tema central da pesquisa – fatores de decisão na escolha de um curso superior: estudo de caso do curso de economia - UESB. O referencial teórico que alicerça o trabalho baseia-se na Teoria do Capital Humano. Os resultados revelaram que os fatores mais importantes que determinam as escolhas são: a possibilidade de ascensão financeira e adequação ou inserção no mercado de trabalho. Observou-se também que o período da escolha do curso de economia se deu último ano do ensino médio e às vésperas do vestibular e, além disso, o estudo demonstra que a maioria dos estudantes do curso estão satisfeitos com a escolha e têm certeza de que fizeram a escolha certa.

**Palavras-chave:** Fatores de Decisão. Teoria do Capital Humano. Curso de Economia. UESB.

## ABSTRACT

The present monographic work treats a study exploratório which visa to identify the principal factors that take the students to decide on the course of economy in the UESB. The sample was composed of pupils of the course of economy in the UESB in the city of Victory of the Conquista/BA in a total of 55 interviewed ones, mainly enroled regularmente in 1st or of the 2nd semester. The questionamento aimed to identify conclusions for the central subject of the inquiry – factors of decision in the choice of a degree course: case study of the course of economy - UESB. The theoretical referential system that bases the work is based on the Theory of the Human Capital. The results showed that the most important factors that determine the choices are: the possibility of financial ascent and adaptation or insertion in the labor market. It was noticed also that the period of the choice of the course of economy gave itself last year of the secondary education and to every vespers of the college entrance exam and, besides, the study demonstrates that most of the students of the course are satisfied by the choice and are sure them to do the certain choice.

**Key words:** Decision Factors. Human Capital Theory. Course of economy. UESB.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>v</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>vi</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 – Demanda e Oferta de educação .....</b>	<b>12</b>
1.1 – <i>Capital Humano</i> .....	12
1.2 – <i>Teoria do Capital Humano : A educação é um investimento.....</i>	17
1.3 - Críticas à Teoria do Capital Humano .....	19
1.3.1 – <i>Críticas Gerais</i> .....	19
1.3.2 – <i>Crítica Marxista</i> .....	20
1.4 – Demanda por Educação.....	21
1.4.1 – A decisão de Demandar Educação .....	22
1.4.2 – A influência da Sociedade na demanda por educação.....	24
1.5 – Contexto da educação no Brasil.....	25
1.5.1 – Ensino Superior no Brasil.....	26
1.5.2 – Ensino Superior na Bahia .....	27
1.5.3 - Oferta de educação .....	28
1.5.4 – O papel do Estado na educação .....	29
1.5.4.1 - Programas de Ensino Superior .....	31
1.5.4.1.1 - PROUNI .....	32
1.5.4.1.2 - SINAES .....	33
1.5.4.1.3 - Reforma da Educação Superior .....	34
<b>2 – A escolha de um curso de ensino superior .....</b>	<b>36</b>
2.1 – Custo e Investimento na Educação .....	36
2.2 – Educação, desigualdade de Renda e desigualdade de oportunidade .....	37
2.3 – Quadro Geral - Brasil .....	38
2.4 – Taxas de Retorno da Educação no Brasil.....	38
2.5 – A decisão de escolher um curso de ensino superior .....	40
2.6 – O processo de Escolha do curso superior – .....	44
2.7 – Escolha racionalidade e tomada de decisão.....	44
2.8 - Variáveis no processo de escolha .....	45
<b>3 – Pesquisa de Amostragem: UESB – Curso de Economia .....</b>	<b>48</b>
3.1 – Curso de economia no Brasil .....	48
3.1.1 – Considerações sobre a Ciência Econômica .....	48
3.1.2 – Histórico do curso de Economia .....	49
3.1.3 – Curso de Economia na UESB.....	51

3.2 - Perfil do profissional de Economia .....	51
3.3 - Pesquisa .....	52
3.3.1 - A amostra utilizada.....	54
3.3.2 - Evidências quanto às escolhas dos estudantes de Economia na UESB .....	55
3.3.3 - A metodologia adotada .....	55
3.3.4 - A apuração de resultados .....	56
3.3.4.1 - Dados Socioeconômicos do Estudante .....	56
3.3.4.2 - O processo de Escolha no Ensino Superior .....	64
<b>4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
<b>SIGLAS .....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Em uma economia baseada no conhecimento, o país não fica limitado com a produção de “commodities”, este país utiliza informação e conhecimento na produção de bens de maior valor agregado, além de diversificar sua oferta. Portanto a universidade e outras instituições de ensino superior (IES) têm importância fundamental no desenvolvimento econômico e social.

No Brasil observa-se um grande aumento do número de vagas oferecidas no ensino superior seja privado ou público, tendo um salto no número de matriculados de 96 mil para 2,7 milhões em apenas quatro décadas (Almeida, *apud* BRITTO, s/d), cabe ressaltar também mudanças qualitativas que são exigidas no novo mundo globalizado, como inovação acelerada. As IES têm muita importância no desenvolvimento econômico, uma vez que formam uma mão-de-obra qualificada e assim aumentam o estoque de capital humano. Ressaltando a grande importância de crescimento na exportação de produtos de maior valor agregado na pauta de exportações brasileira.

No Brasil o número Instituições de Ensino Superior (IES) cresceu 14% entre 2003 e junho de 2005, segundo dados do INEP (2008). Esse aumento é maior do que o do triênio anterior (no período de 2000/2002), quando as instituições públicas cresceram 1%. O crescimento global das instituições de educação superior (IES) no Brasil foi de 95,7% nos últimos cinco anos e meio, sendo que nos últimos dois anos e meio o ritmo de expansão desacelerou: entre 2000 e 2002, foi de 38,7% e, entre 2003 e junho de 2005, de 24,2%. No Ano 2000 existiam no país 176 IES públicas e 1004 IES privadas, já no ano 2005, tínhamos 236 IES públicas e 2074 IES privadas (INEP, 2008).

O ensino superior na Bahia segue a tendência de crescimento do resto do país, sendo que nas décadas de 70 e 80 o ensino superior teve crescimento modesto, em 1988 tinha apenas 45.990 estudantes matriculados no 3º grau, situação que muda significativamente na metade da década de 90 e início dos anos 2000, aumentando aceleradamente tanto a oferta quanto a demanda de vagas no ensino superior, devido principalmente a expansão acelerada do número

de concluintes no ensino médio e aumento da proporção dos que pretendiam cursar o 3º grau, devido à relação de maior empregabilidade, melhores salários daqueles com graduação superior, além do crescimento da economia nacional que aumentava a possibilidade de inserção da classe média na demanda por vagas em instituições privadas, em 2002, a Bahia somava 117.625 matrículas no ensino superior, sendo um crescimento de mais de 100% num período curto de 20 anos. (INEP, 1995; 2002).

Ao mesmo tempo em que ocorre a expansão do ensino superior observa-se que o número de demandantes do curso de economia vem diminuindo no período de 1995 a 2003, com uma queda média de 10,3% (UNIVERSIA, 2008), uma vez que a atividade do economista fica cada vez mais confusa, e este assume o papel de administrador, estatístico, não havendo uma verdadeira delimitação da atividade própria do economista. Outro fator determinante para o afastamento dos estudantes de Economia foi o fato de que com a estabilidade econômica no país, deixando os economistas menos presentes na mídia, faz a profissão perder status imaginário dos jovens, uma vez das dificuldades do curso que é mais denso, tem mais teoria e é mais complexo que outros cursos de ciências sociais. Ressaltando que um bom economista deve ter muitas características duais e distintas, como habilidades de escrever e compreender teorias sociais e econômicas, além de ter facilidade para matemática.

A respeito dos retornos da educação Néri (2005) nos traz diversos dados a respeito dos retornos da educação, num viés estatístico ele argumenta que existe um diferencial de salários entre o indivíduo vai à universidade e os demais. Para níveis mais elevados de educação (mestrado e doutorado), em algumas áreas como Medicina, Administração e Economia, os salários são cerca de 1503% maiores do que para aqueles que nunca frequentaram a escola e ainda aumenta a chance de uma pessoa estar empregada, que é 66% superior entre os que frequentam a alfabetização de adultos e aqueles que nunca frequentaram a escola. Este estudo nos traz diversos dados a respeito dos retornos da educação no Brasil.

Segundo estudo de Menezes (2000) o nível e a dispersão salarial de um país numa determinada época irão depender além da estrutura do mercado de trabalho, das características dos trabalhadores, que são: educação, esforço, experiência, outras habilidades observadas e não-observadas e das taxas de retorno a essas características.

Apesar desse crescimento, poucos são os estudos que tratam dos processos de decisão no ensino superior, e estes se concentram nas áreas de psicologia, da educação ou da sociologia. Um estudo com uma revisão bibliográfica e uma compilação dos dados socioeconômicos, e fatores determinantes nas escolhas dos indivíduos no ensino superior permite perceber a importância maior do Ensino Superior, como fator de inserção no mercado de trabalho, aumento e geração de renda, possibilitando assim maiores retornos financeiros para aqueles que decidem continuar com os estudos ao invés de buscarem logo ao concluírem o ensino médio a inserção no mercado de trabalho, que além de ser mais dificultada por uma baixa qualificação ainda remunera com salários mais baixos.

Devido a isso e sabendo que a escolha por um curso de ensino superior é uma das decisões mais importantes da vida, levanta-se algumas questões. Porque demandar um curso de ensino superior? Porque escolher o curso de Economia? Que fatores a considerar? Como diminuir o grau de incerteza na escolha? Enfim, quais os fatores relevantes na tomada de decisão quanto à futura profissão ou escolha profissional ? Este é o tema proposto na monografia. Portanto, a questão básica a ser investigada é a seguinte: Quais os fatores determinantes para escolher o curso de economia?

Assim sendo, surgem às principais hipóteses deste trabalho:

H1 - o mercado de trabalho é sinalizador na escolha de um curso de graduação;

H2 – a decisão é feita com uma visão de curto prazo;

H3 – os estudantes estão informados quanto ao curso que escolheram neste caso o curso de Economia, na UESB.

O referencial teórico utilizado para dar suporte ao estudo é a Teoria do Capital Humano, essa teoria está associada a retornos de investimento obtidos através da alocação de recursos em suas variáveis, sendo a educação a principal. Segundo a Teoria do Capital Humano quanto maior a educação maior será a produtividade.

O objetivo desta monografia é identificar os principais fatores de decisão de escolha do curso superior, com um estudo de caso do curso de economia na UESB. Busca-se definir o grau de importância de cada fator a partir de uma análise dos estudantes matriculados neste curso preferencialmente os regulares visando identificar os aspectos socioeconômicos relevantes em relação às escolhas feitas tomando por base as teorias do capital humano e analisar o grau de satisfação destes alunos quanto à escolha do curso de economia.

Este trabalho se justifica com a possibilidade de identificar as variáveis relevantes na escolha de um curso superior e, conseqüentemente a influência na carreira profissional dos estudantes e futuros trabalhadores, também pela relevância do ensino superior nesta cidade e na falta de estudos relacionados com a decisão de cursar o ensino superior, além de qual o curso a ser escolhido, nesse caso analisa apenas o curso de economia na Uesb, a pesquisa também tem a possibilidade de direcionar políticas públicas de investimento na educação e em outros setores, além de possibilitar à coordenação do curso modificações na grade curricular de forma com que aumente a satisfação e direcione mais o estudante na inserção no mercado de trabalho, por este curso ser de grande importância no planejamento para o desenvolvimento de uma nação.

## CAPÍTULO 1

### **Demanda e Oferta de Educação**

#### **1.1 – Capital Humano**

Na Teoria do Capital Humano os investimentos em educação aumentam a produtividade das pessoas com maior educação, e sendo assim estas pessoas devem receber remunerações mais elevadas. Sendo aqui uma existência de relação direta entre investimentos, educação e retornos. As variáveis apresentadas pela teoria do capital humano são: educação formal, que tem sido a mais representativa; a saúde; migração; treinamento no local de trabalho; e a busca de informações sobre emprego. Contudo, este trabalho trata apenas da educação. Gary Becker e Theodore Schultz destinaram atenção especial ao investimento no ensino superior (SOARES, 1999).

Se tratasse a educação universitária como um investimento bastante atrativo, os indivíduos buscariam cada vez mais investir nesse tipo de educação. Por outro lado, o autor também destaca que, existem retornos privados e sociais para o ensino superior que é difícil de serem calculados com precisão. Além disso, no momento de decidir iniciar um curso superior, vários fatores estão envolvidos. Além de um rendimento maior, está implícita no processo de escolha do estudante, dentre outros fatores, a sua atitude em relação à vida universitária e ao estudo, além do tipo de atividade que desenvolve se já estiver no mercado de trabalho e outros custos diretos e indiretos no processo de formação. (SOARES, 1999).

Ehrenberg e Smith (2000) também analisam a demanda por educação universitária na qual os estudantes escolhem freqüentar uma universidade, por exemplo, por acreditarem que ela os deixará em situação melhor, ou seja, receberiam salários mais elevados se comparados àquelas pessoas que não tem o ensino superior. Acontecendo que o ensino superior seja visto às vezes apenas como um bem de consumo, com benefícios imediatos. No curto prazo, o indivíduo pode apenas pensar na satisfação obtida com o estilo de vida estudantil.

Contudo visto como uma decisão de longo prazo, o ensino superior pode trazer muitos outros benefícios, como a possibilidade de ter acesso a empregos mais valorizados, de ter rendimentos mais altos ou de ter um maior prestígio (status), tanto profissional quanto pessoal.

Schultz *apud* Waltenberg (2002) mostra que os estudantes por si só devem tomar decisões na destinação de recursos para o ensino superior. De acordo com o ele, o auto-interesse privado dos estudantes é que deve fornecer o necessário elemento racional. Assim, a pesquisa será feita buscando analisar quais são os fatores determinantes da escolha do curso superior em especial o curso de economia na Uesb, tendo base na tomada de decisão dos agentes. O auto-interesse privado do tomador (estudante) de decisão racional possibilitaria ao mesmo, classificar todas as possíveis situações de mundo futuro de sua utilidade subjetiva ou da sua satisfação individual. Como na teoria neoclássica, os indivíduos possuem sistemas cognitivos capazes de tomar decisões racionais, sendo está racionalidade relativa.

Observa em estudo de Ehrenberg e Smith (2000) que na realidade, poucos estudantes efetuam esses cálculos precisos quando decidem optar por um curso de ensino superior em uma universidade. Eles acrescentam que estudantes efetuem estimativas menos formais, mas que consideram todos os fatores, e assim dá pra separar quatro fatores determinantes nas escolhas dos estudantes, que serão avaliados na pesquisa de amostra no fim deste trabalho:

- a) o primeiro presume que pessoas com o olhar no presente - visão de curto prazo - teriam menor propensão de ir à universidade do que as pessoas com os olhos voltados para o futuro, mantendo-se os outros fatores constantes;
- b) o segundo supõe que a maior parte dos estudantes universitários seja jovem;
- c) o terceiro acredita que a frequência à universidade diminui na medida em que os custos se elevam, mantendo-se os outros fatores constantes;
- d) o quarto presume que a frequência à universidade irá aumentar à medida que cresce a diferença entre os ganhos dos formados em universidades e os formados em nível de ensino médio, novamente se mantendo a condição “*ceteris paribus*” (tudo o mais permanecendo constante).

Considerando esses pressupostos, compreendemos que o indivíduo racional que investe no ensino superior é capaz de prever as mais variadas situações do mundo futuro, ou possibilidades de atuação profissional, associados à aplicação dos conhecimentos adquiridos, a partir da modalidade e do nível de ensino formal que ele escolheu como preferido, dentre as diversas opções que lhe são apresentadas.

O indivíduo teria à sua disposição as melhores informações sobre o mercado de trabalho e a sinalização de que um maior nível de educação corresponde a um maior nível de rendimento.

A Teoria do Capital Humano surgiu no início da década de 60, com os estudos de Jacob Mincer, Gary Becker e Theodore Schultz, ela formaliza a importância da educação na ciência econômica, tem suas bases estruturais fundamentada em pressupostos básicos da teoria microeconômica neoclássica, quais sejam o modelo de maximização da utilidade individual e o paradigma da escolha racional, além da noção de racionalidade instrumental, assim, o investidor em capital humano equivale ao homem econômico racional, que busca maximizar sua utilidade individual com a aquisição de uma maior e melhor educação (WALTENBERG, 2002).

No estudo da TCH no âmbito da ciência econômica é de relevância central a junção de dois vetores: de um lado, contribuições dos pioneiros Schultz<sup>2</sup> e Gary Becker<sup>3</sup>, e também de alguns estudos recentes que procuram demonstrar a estreita relação entre o capital humano e o desenvolvimento; de outro lado, a reavaliação da TCH no espaço que ocupa na análise econômica tradicional.

---

<sup>2</sup> Theodore William Schultz (1902-1996), economista norte-americano, recebeu Prêmio Nobel de Economia em 1979, por estudos relacionados à educação e desenvolvimento econômico. Nos seus estudos destaca-se a importância do investimento em recursos humanos, principalmente em educação e pesquisa, tanto no setor público ou privado. Estes investimentos geram retorno econômico.

<sup>3</sup> Gary S Becker (1930-), economista norte americano, estudos voltados à diferenças salariais e nível de emprego. Quando incorporou o capital humano em seus estudos, ganha importância e o Prêmio Nobel em Economia de 1992.

O termo capital humano vem sendo abordado nas mais diversas áreas de estudo do conhecimento científico, na política e no cotidiano dos indivíduos independente de suas classes sociais.

Na definição literal do termo Capital Humano, cabe citar Sandroni:

É o conjunto de investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população. O índice de crescimento do capital humano é considerado um dos indicadores do desenvolvimento econômico. O termo é utilizado também para designar as aptidões e habilidades pessoais que permitem ao indivíduo auferir uma renda. Esse capital deriva de aptidões naturais ou adquiridas no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o conceito de capital humano corresponde ao de capacidade de trabalho (SANDRONI, 2005, p.119).

A partir desse conceito, observa-se a grande abrangência do termo capital humano, como: capital, investimento, educação, aprendizagem, aptidão, trabalho, renda. Cabe ressaltar a importância de não correlacionar como sinônimos: capital humano e a teoria do capital humano, uma vez que a TCH a partir de um processo metodológico e estudo investigativo procura comprovar o processo de escolha e tomada de decisão do indivíduo na demanda por educação como um investimento.

A educação é importante tanto na satisfação pessoal, como na economia como um todo, e esta importância dela na ciência econômica vem crescendo cada vez mais, tendo sempre como base a Teoria do Capital Humano, baseado na teoria neoclássica tradicional, na maximização da utilidade individual e na racionalidade do indivíduo.

Schultz, seguido por outros economistas<sup>4</sup> a partir da análise do fator trabalho com um fator de produção variável, explora as repercussões e resultados do investimento em Capital Humano para o crescimento econômico. Os estudos se alicerçam na pressuposição de que na

---

<sup>4</sup> Theodore W. Schultz e Gary Becker são considerados os precursores da *teoria do capital humano*. Esses autores, ligados inicialmente à economia da educação, foram seguidos por outros nomes conhecidos, tais como M. Blaug, S. Rosen, G. Psacharopoulos, Z. Griliches, M. R. Rosenzweig. Ainda com relação aos trabalhos que procuram evidenciar empiricamente a teoria do capital humano, no Brasil, destacam-se os nomes de Carlos Langoni, Cláudio de Moura Castro, Alberto de Mello e Souza e Ricardo Paes de Barros

análise do Capital Humano os indivíduos não gastam em educação e treinamento, mas sim fazem investimentos na busca de retornos futuros (MORETTO, 1997, p. 69).

A TCH só ganha corpo depois dos anos 60, e com o passar do tempo, a difusão e o emprego da TCH começam a ser percebidos pela crescente atenção por parte do setor público e também pelo setor privado. O que caracteriza e justifica o aumento na parcela de gasto com educação. Considera-se um dos fatores causais desse aumento a expectativa de retornos futuros, uma vez que se considera o gasto em educação como um investimento.

Souza *apud* Moretto (1997), ao analisar as fontes de crescimento econômico, cita a educação geral e a profissionalizante, como bases para o crescimento econômico moderno. O investimento em educação segundo o autor gera externalidades: diminuição da taxa de natalidade, melhor consciência da população frente aos cuidados com a saúde, além de uma melhor adaptação ao processo produtivo.

Externalidades comprovadas também por Schultz, uma vez que para o autor o investimento em capital humano devia ser considerado como diferente de consumo e apesar das dificuldades de mensuração desse tipo diferenciado de capital, algumas atividades se sobressaem na promoção das capacidades humanas. Assim, por exemplo, os serviços de saúde, entendidos em sentido amplo, envolvendo as despesas que afetem a expectativa de vida, o vigor e a vitalidade das pessoas. Outro ponto a considerar era o treinamento no emprego, incluindo o velho estilo de aprendizagem organizado pelas empresas. Também deveria incluir-se a educação formal, em seus diferentes níveis. Também se incluíam aí os programas de educação de adultos, não organizados por empresas, incluindo os programas de extensão, principalmente na agricultura. Por último, mas não menos importante, Schultz citava o processo de migração de indivíduos e de famílias para ajustar-se às oportunidades de emprego, em constante transformação (SAUL, 2004, p. 232-233).

A importância do capital humano nos estudos modernos sobre o crescimento e o desenvolvimento econômico se dá na sua própria inclusão como um fator de produção. Jacob Mincer *apud* SAUL (2004) examinou a questão do capital humano numa perspectiva econométrica, buscando a correlação entre o investimento na formação do trabalhador e a

distribuição de renda pessoal. A análise demonstrou que a decisão de demandar educação para melhorar a produtividade no trabalho era resultante de uma escolha individual e racional, que as diferenças salariais e de ocupação no mercado de trabalho eram relacionadas com as diferenças no treinamento e essas surgiam quando o conceito de investimento e capital humano era estendido para incluir a experiência no emprego.

Na tentativa de comprovar suas evidências, a TCH vem sendo estudada a partir de modelos econométricos por inúmeros pesquisadores. Apesar da dificuldade de relacionar gastos em educação e treinamento e o salário do indivíduo, uma vez que estão presentes outros elementos que dificultam a mensuração dos dados e estatísticas, como: a bagagem familiar, a qualidade da escola, o mercado de trabalho, dentre outros.

## **1.2 - Teoria do Capital Humano: a educação é um investimento**

Educação e Capital são utilizados como condição para maiores rendimentos, melhor inserção no mercado de trabalho, crescimento e desenvolvimento econômico, a TCH explica o direcionamento político de investimento na educação, principalmente depois dos anos 60, como consequência de uma intranqüilidade frente aos problemas econômicos e busca de uma melhor distribuição de renda.

O interesse e direcionamento de estudos econômicos sobre a importância da educação cresceu principalmente a partir do final do século XX, estudo este que direcionam políticas públicas na busca de uma melhora do bem estar social e também para satisfazer os objetivos individuais dos agentes econômicos. A educação pode ser considerada um “insumo” no processo produtivo, cultural e político da sociedade. (WALTENBERG, 2002)

Com a educação, os indivíduos desenvolvem as habilidades que são levadas ao mercado de trabalho, acarretando numa maior dinâmica produtiva, o que justifica em maiores rendimentos potências. A educação passa a ser vista numa visão neoclássica da maximização individual e ao mesmo tempo assume papel de extrema importância no planejamento de política pública, na busca de uma melhor distribuição de renda, haja vista que o retorno da educação é muito grande principalmente nos países com níveis de renda mais desiguais. É um

processo contínuo de melhora do bem estar social, mesmo que atrelado a uma maximização individual, pois os autores defendem que com uma maior educação aumenta concomitantemente a produtividade do trabalho e, conseqüentemente os salários, ocorrendo assim um crescimento econômico e diminuição da pobreza, além de promover uma maior mobilidade social, uma vez que a educação é um ativo intangível. (MORETTO, 2002)

Com base na Teoria Neoclássica, da maximização da utilidade individual, o indivíduo que age de forma racional espera retornos futuros positivos, que compensem os gastos feitos e custos indiretos da abdicção de trabalhar para estudar no período que este indivíduo demanda a educação, comprovando de forma empírica que os gastos relacionados com a educação são investimentos.

Schultz direciona seus estudos na educação formal, e de acordo com ele a qualidade do trabalho humano melhora consideravelmente com aqueles indivíduos que investem em educação. Sendo assim, ele diz: “[...] ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à sua disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (SCHULTZ *apud* MORETO 2002).

Apesar da qualidade que é perceptível no desenvolvimento do trabalho humano daqueles que investem em educação, fica claro o aumento considerável da produtividade, uma vez que os indivíduos mais qualificados e treinados operam em máquinas ou com sistemas de tecnologia mais avançados que reorganizam o sistema produtivo. Para Schultz as principais ações que contribuem na capacitação dos indivíduos são: *a educação formalmente organizada* (escolas) e outra *a educação essencialmente desorganizada* (familiar). Segundo ele, a aquisição de educação, com ampliação de conhecimento e de habilidades é a mesma coisa que aquisição de meios de produção, apesar de o Capital humano ser um ativo intangível. O autor ainda aponta que quanto maior for à taxa de retorno com a educação maior será a demanda de educação. (SCHULTZ, 1973)

De forma sintetizada, o raciocínio da TCH é o seguinte: a) as pessoas se capacitam; b) a educação tem como principal efeito melhorar suas "habilidades" e conhecimentos; c) quanto

mais tempo de educação e qualificação, maior sua habilidade cognitiva e maior sua produtividade; e d) maior produtividade justifica maiores rendimentos.

### **1.3 - Críticas a teoria do capital Humano**

Em meados da década de 70, a TCH é objeto de muitas críticas, sobre suas contribuições para a compreensão do crescimento econômico e para busca de uma melhor distribuição e renda.

#### **1.3.1 - Críticas gerais**

Aqui se apresenta críticas referentes ao conceito de capital humano e aos problemas de avaliação da educação, apesar de ser reconhecida aqui a validade do pressuposto básico da TCH, de que a renda aumenta com uma maior educação. Há críticas também sobre os resultados da TCH que irão depender da qualidade da educação e do nível de desenvolvimento de cada país.

Um ponto central é a crítica ao fato de o homem ser tratado como capital humano, como um insumo produtivo, sendo moralmente inaceitável aplicar os conceitos de investimento e de capital aos indivíduos, o que de certa forma pode contribuir para um errado direcionamento de decisões políticas no âmbito educacional. (SOARES, 2007)

Os estudos demonstram a dificuldade de classificar as despesas com educação como investimentos ou consumo, baseado que a maioria dos estudantes frequenta escolas públicas e que a educação é obrigatória e compulsória até certa idade. Schultz (1973), que defende os custos educacionais enquanto investimento rebate essa posição argumentando que estes fatos não são relevantes para distinguir a natureza das despesas com educação, pois:

Caso a educação fosse gratuita, as pessoas, provavelmente, a “consumiriam” até sentirem-se saciadas, e nela “investiriam” até que o seu rendimento se tornasse nulo. Mas frequentar escolas implica despesas, conforme todos sabem (Schultz, 1973. p. 36).

Apesar do reconhecimento dos críticos referente aos efeitos positivos da educação sobre os futuros rendimentos dos estudantes, acredita-se que não há uma visão de longo prazo com uma motivação econômica dos estudantes e dos seus pais para investirem em educação, sendo apenas consumidores desta, não conseguindo realizar cálculos precisos quanto às expectativas de retornos futuros, que dificulta a identificação e medição do aumento dos rendimentos que associados com a educação, uma vez, que este também é influenciado também pelas diferenças em capacidades inatas, raça, tipo de emprego e estrutura familiar. (SOARES, 2007)

Outra crítica é em relação da valorização do aumento de renda que é privilegiada sob o aspecto econômico e em detrimento das contribuições culturais com as mudanças dos sistemas de produção, haja vista que maior educação pressupõe maior tecnologia empregada na produção.

### **1.3.2 – Crítica Marxista**

A TCH tem na sua base alicerces não comprovados pelas versões iniciais da teoria neoclássica, afirmam os marxistas. Retoma a tradição Ricardiana, tratando o trabalho como um produto do meio de produção. Para o marxismo a TCH elimina a classe social como conceito econômico.

O pressuposto neoclássico que atribui o monopólio dos fatores de produção para determinados grupos e considera a livre mobilidade dos fatores de produção, têm induzido a TCH a erros relevantes. Para os marxistas, as habilidades estão relacionadas e são determinadas pelas condições de existência humana. Ademais, a TCH restringe sua análise em preferências individuais excluindo a importância do conceito de classe social para explicar o fenômeno do mercado de trabalho. (PEREIRA, 2000)

No capitalismo a propriedade dos meios de produção se concentra numa minoria, enquanto a massa de indivíduos tem que vender a força de trabalho para sobreviver. Educação desempenha funções econômicas, têm um papel relevante na produção e é essencial para a continuidade do sistema econômico e social. A TCH não corrobora uma teoria reprodutiva e

grande parte da teoria produtiva apresentada abstrai-se da relação social de produção em favor da relação tecnológica. O tratamento dado referente às alterações na remuneração dos trabalhadores com base em mudanças no mercado o induz a um grande erro ao abstrair o poder do capitalista sobre o trabalhador.

Para os marxistas, a produtividade do trabalhador não aumenta com o aumento concomitante do nível de escolaridade, mas sim com as condições tecnológicas e da organização do processo de produção. (PEREIRA, 2000)

De acordo com a TCH, os agentes pensando de forma racional manifestam uma particular subjetividade para avaliar suas preferências na escolha de uma profissão, e o fazem a partir de uma avaliação dos seus retornos pecuniários e dos requerimentos de escolarização. A partir dessa avaliação os indivíduos decidem se irá investir em seu desenvolvimento pessoal.

Os marxistas rejeitam a utilização do modelo com escolhas individuais como a base para a teoria da oferta de educação pelo fato de este modelo não atender a essência da oferta dos serviços educacionais. Em suma, as críticas marxistas à TCH podem ser agrupadas em três áreas: contabilidade do desenvolvimento, distribuição de renda e políticas públicas. (PEREIRA, 2000)

#### **1.4 - Demanda por educação**

Aqui se busca fazer uma análise histórica das teorias de demanda por educação. Começa com o valor econômico da educação, que teve suporte na economia clássica de Adam Smith, no livro a Riqueza das nações que aponta as causas para a diferença salarial.

Espera-se que o trabalho que [a] pessoa aprende a executar, além de garantir-lhe o salário de um trabalho comum, lhe permita recuperar toda a despesa de sua formação no mínimo com os lucros normais de um capital do mesmo valor (...). A diferença entre os salários do trabalho qualificado e os do trabalho comum está fundada nesse princípio (Smith *apud* Waltenberg, 2002, p. 20).

Para Smith o Estado deve oferecer a educação, e quando não é oferecida, os indivíduos só a demandaria a educação que lhe capacitasse para o mercado de trabalho, sendo maléfico ao sistema, uma vez que as habilidades e os conhecimentos dos trabalhadores ficariam cada vez menos importantes, os indivíduos perderiam o espírito inventivo. Smith sugere que a educação deve ser obrigatória e que os custos devem ser divididos entre o governo e os alunos, além de propor uma alteração no tipo de ensino de forma com que fosse ensinado matéria que possibilitassem o aprimoramento e descoberta de habilidades básicas e técnicas. (WALTENBERG, 2002)

Para Smith a educação é uma forma de investimento que traz benefícios privados, e a interferência do governo na educação terá que ser feita no objetivo de corrigir as falhas do mercado e transformar esses benefícios privados em benefícios sociais, aumentando o bem estar geral.

Outro ponto importante nos economistas clássicos é colocado por Mill, onde uma maior educação promove maiores benefícios sociais, com conseqüências econômicas positivas com a mudança de hábitos da população, como prevenção de doenças, controle de natalidade.

Outro economista clássico que aborda o tema de educação é Alfred Marshal, que analisa a grande importância do investimento em capital intelectual, uma vez que afirma que o valor econômico de um único gênio industrial é suficiente para cobrir as despesas da educação de toda uma cidade, pois uma única idéia que modifique o sistema de produção já torna viável todo o investimento anterior. (WALTENBERG, 2002)

#### **1.4.1 - A decisão de demandar educação**

A falta de uma assimetria de informações no processo educativo dificulta a real mensuração da função de demanda por educação. A incerteza quanto à decisão de demandar ou não educação se amplia quanto maiores forem os custos com ela, uma vez que os indivíduos não conhecem perfeitamente suas habilidades cognitivas e potencial de aprendizado, aumentando os riscos quanto à escolha do curso, além das incertezas quanto à

valorização da formação escolhida no mercado de trabalho, seja na possibilidade de se inserir neste ou na possibilidade de auferir maiores ganhos, ou seja, obter maiores retornos.

Outro fator determinante na decisão de demandar educação é a racionalidade limitada dos agentes, que de forma individualista busca maximizar o valor presente do retorno pecuniário dos seus gastos – investimentos, feitos com a educação e capacitação. (WALTENBERG, 2002)

Concomitantemente a estes fatores de incerteza, racionalidade limitada e informações imperfeitas, surge ainda um questionamento referente à qualidade da educação recebida, surgindo um debate entre os autores sobre a insuficiência da educação oferecida pelo estado, que deve ser suprida pela iniciativa privada que oneraria custos aos indivíduos que a demandam.

Com respeito ao questionamento de qualidade do serviço prestado, este só irá ser respondido depois do conhecimento adquirido, *ex post*, uma assimetria de informações entre o comprador e o vendedor de serviços, neste caso a educação. (WALTENBERG, 2002)

Como se sabe que o indivíduo busca maximizar o valor investido no presente, estas restrições e incertezas são uma barreira na decisão de demandar educação, e este demanda diminui quando os custos se elevam. Apesar disso os demandantes jovens e adultos tem idade para estimar pelo menos as profissões mais bem aceitas e demandadas no mercado, e mais remuneradas, buscando assim pela sinalização do mercado os cursos de maior retornos.

Observa-se que mesmo havendo escolhas altamente irracionais em certas ocasiões, tomadas por impulso ou sem prévia análise, a frequência por demanda de educação segue os princípios da economia, com base na teoria neoclássica de busca da maximização da utilidade individual, sendo, portanto o indivíduo econômico racional.

Os custos influenciam diretamente na decisão de demandar educação, os custos diretos – sendo aqueles de mensalidades, transportes, livros, etc.; os custos indiretos – uma renda que o indivíduo, estudante, deixa de receber quando esta estudando, além da relação entre o preço

da educação e o preço de outros bens, tomando sempre como base que o indivíduo age racionalmente buscando um melhor bem estar, com uma maximização de sua utilidade individual.

#### **1.4.2 - Influência da sociedade na demanda por educação**

A decisão de demandar educação só começa com jovens e adultos, uma vez que as crianças e adolescentes não tomam decisão de demandar educação, sendo que até certa idade a educação é compulsória e obrigatória, além de também elas não pensarem com uma visão de longo prazo. Assim parte dos pais a decisão de demandar educação de qualidade para os filhos, cobrando destes um bom desempenho escolar.

A sociedade de uma forma geral influencia na busca por uma melhor educação, na busca por uma melhor qualificação e preparo para a inserção futura no mercado de trabalho. Tomando como exemplo o capital social que é a importância do envolvimento da comunidade para o sucesso escolar.

Para Hanifan, o capital social refere-se a:

... às coisas intangíveis [que] são importantes para o cotidiano das pessoas: boa vontade, amizade, solidariedade, interação social entre os indivíduos e as famílias que compõem uma unidade social.... Uma pessoa apenas existe socialmente, se deixada a si próprio... Mas se ela entrar em contato com o seu vizinho, e estes com outros vizinhos, haverá uma acumulação de capital social, que pode imediatamente satisfazer suas necessidades sociais e que podem ostentar uma potencialidade social suficiente para a melhoria substancial da comunidade, para as condições de vida de toda a comunidade. A comunidade como um todo se beneficiará pela cooperação de todas as suas partes, enquanto que o indivíduo vai encontrar nas suas associações as vantagens da ajuda, da solidariedade... bem como seu vizinho no clube. (LJ Hanifan *apud* Wikipédia, 2008)

Segundo Coleman *apud* Waltenberg (2006, p 132) “o conceito de capital social combina a importância da estrutura social e das relações interpessoais ao paradigma de ação racional dos indivíduos, hipótese de base da teoria econômica neoclássica”. O que quer dizer que os indivíduos vivem em sociedade e tem suas ações orientadas por normas e leis, e tem

pressupostos de agirem de formas racionais e individuais, tirando da sociedade para uma melhora de bem estar individual. Ainda segundo Coleman o capital social, é de fundamental importância no processo educativo para a formação do capital humano, e sendo assim o capital social passa a ser considerado um insumo não monetário no processo da educação. Para ele há três formas de capital social: (i) as obrigações, as expectativas e a confiança com relação aos outros; (ii) os canais de informação; e (iii) as normas e as sanções sociais.

Para Brooks-Gunn *apud* Waltenberg (2006, p 132), nas condições *ceteris paribus*, as características socioeconômicas de um bairro podem determinar a frequência de eventos como a maternidade de adolescentes e o fracasso escolar.

Assim, numa família, o capital social que influencia as crianças é a presença (física) dos pais e da infra-estrutura educacional proporcionada. Os pais influenciam o desempenho escolar dos filhos na ajuda do dia a dia com as tarefas escolares e com condições de normas de comportamento e motivação. O capital social comunitário também desempenha uma função importante no aproveitamento escolar. Em geral, a localização de escolas em bairros, com maior participação da comunidade nas tomadas de decisões escolares, possuem um maior capital social que as escolas localizadas em comunidades sem influencia dos pais ou líderes de bairros na tomadas destas decisões.

O que sugere os estudos de Coleman *apud* Waltenberg (2006, p 133), que um forte capital social, familiar ou da comunidade de adultos cujas decisões afetam a escola, podem trazer vantagens, como reduzir a frequência de evasão escolar, tendo assim o capital social grande influencia nos ganhos com educação.

### **1.5. – Contexto da educação no Brasil**

Na educação acontece um processo de envolvimento social que muitas vezes envolve pequenos grupos, famílias ou grandes, a sociedade. O sistema educacional depende da relação do Estado com a sociedade no geral, uma vez que toda mudança econômica ou política afeta diretamente o sistema educacional de um país.

Observando o ensino fundamental do Brasil, ressalta a importância da Constituição de 1988, especialmente após a Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, acerca da finalidade do Ensino Fundamental, com enfoque no desenvolvimento do cidadão e seu preparo para o exercício da cidadania além da qualificação para o trabalho. O ensino Institucionalmente tem três finalidades: ajudar na formação da personalidade do estudante; orientar quanto ao papel deste na sociedade; e qualificar o estudante para inserção no mercado de trabalho (COLOSSI, 2001).

### **1.5.1. - Ensino Superior no Brasil**

Diferente das colônias da Espanha e Inglaterra, que tiveram acesso ao ensino superior já no período colonial, no Brasil o acesso às instituições culturais e científicas só veio no final do século XIX, Com a vinda da Família Imperial ao país, mas a primeira IES surgiu somente em 1912. (SOUZA, 1991)

A política de colonização portuguesa no Brasil teve suas prioridades na fiscalização e defesa da terra, com exploração das riquezas naturais. As únicas iniciativas educacionais partiam dos jesuítas, que buscavam a catequese religiosa, a elite quando buscavam instrução na área da educação se deslocavam até a Europa. O início do ensino superior no Brasil priorizou a natureza profissionalizante e atendia à elite que não podia ir até a Europa estudar.

Apesar da chegada da República ao Brasil, a Constituição de 1891 omite o governo de responsabilidades com as universidades, porém por forças locais, surge em 1912 a primeira universidade brasileira, no Estado do Paraná, mas que durou somente três anos. Em 1920 surge a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reunia os cursos superiores da cidade. Em 1932 surge a USP, em São Paulo. (SOUZA, 1991)

A partir da década de 50 foram criadas Universidades Federais em todo o Brasil, além de universidades estaduais, municipais e privadas. Essa descentralização do ensino superior foi devido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961.

Mas o boom do ensino de terceiro grau só aconteceu nos anos 70. Durante esta década, o número de matrículas subiu de 300.000 (1970) para um milhão e meio (1980). Com a concentração urbana e uma maior exigência da qualificação da mão-de-obra para o setor industrial e de serviços. Como o Governo não conseguia atender à demanda de vagas permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção. As provas dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha. (SOUZA, 1991)

Observando as normas e leis que regulamentam o ensino superior têm-se inúmeras reflexões, apesar da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, e das mudanças estruturais e sociais. Na expansão do ensino superior, observa-se a demanda relativa há uma busca das necessidades do mercado de trabalho, acarretando assim numa comercialização do ensino superior. Institucionalmente a educação superior tem o papel fundamental de transformar a elite intelectual da sociedade, mas o modelo da educação brasileira se insere numa transformação que atenda aos interesses do mercado de trabalho, abstraindo o foco central de transformação social em busca de um interesse cada vez maior na área econômica.

Em um curto período de tempo, pouco mais de 3 décadas, o ensino superior no Brasil sofreu mudanças radicais, com um aumento significativo no número de vagas e uma melhor qualificação do quadro docente, além também de uma maior possibilidade de inserção de classes sociais menos favorecidas, além de um processo de interiorização e de regionalização do ensino. No início dos anos 60, tinham apenas uma centena de instituições e pouco mais de 100 mil estudantes, no fim dos anos 90 já tinha mais de 2,1 milhões de alunos matriculados. Em 2000, sistema de educação superior contava com 973 instituições de ensino, sendo 153 universidades. (MARTINS, 2000)

### **1.5.2. - Ensino Superior na Bahia**

A estrutura do ensino superior baiano segue as estruturas do ensino superior do restante do Brasil, com grande aumento do número de instituições privadas de ensino superior para buscar atender a grande demanda de vagas, uma vez que as universidades públicas não conseguem atendê-las.

Em 1988, a Bahia contava com 45.990 estudantes de nível superior, em 2002 já somava 117.625 matrículas, em 2008 o número era de 218.754 estudantes (INEP, 2009). O grande número de aumento da demanda por vagas, influenciado pelo grande número de concluintes do ensino médio, vagas que são atendidas por um crescente número de instituições particulares. Além desta influência na demanda de vagas, observa ainda que a demanda por um curso superior se dá devido há uma melhor inserção no mercado de trabalho, além de um diferencial salarial para aqueles que possuem uma melhor qualificação, teoria defendida pela TCH, que defende que quanto mais atributos têm um indivíduo, melhor o seu desempenho no trabalho o que justifica assim um melhor salário.

### **1.5.3 - Oferta de educação**

Para analisar o sistema educativo de forma mais detalhada e confiável deve-se observar também os fatores da oferta de educação, que teve pouca atenção até o final dos anos de 1960, uma vez que a teoria do capital humano estudava mais profundo apenas a demanda por educação, se limitando nos estudos sobre a oferta, para os estudiosos desta teoria por si só determinaria a oferta de educação.

Para Schultz os centros educacionais devem ser tratados como firmas especializadas na produção de um produto, a educação e o sistema educacional era visto como uma indústria sem fins lucrativos, com produção de ativos não negociáveis na bolsa de valores (ativos intangíveis), com objetivos de pesquisa, instrução moral e cognitiva dos indivíduos além da divulgação de conhecimento e capacitação de mão-de-obra, para a TCH os consumidores de educação não devem arcar com os custos de aquisição do bem ou serviço de educação, este deve ser direcionado ao governo. Schultz na busca para uma melhor eficiência do sistema educativo esboça alguns fatores determinantes para este fim, como: redução das férias e modernização de técnicas de ensino, assim aproveitando de uma forma melhor o tempo dos estudantes. (SCHULTZ, 1973. p. 19, 20)

A falta de aprofundamento dos estudos da TCH em oferta de educação se torna um entrave uma vez que apesar de algumas peculiaridades, a educação também é um bem econômico, e sendo assim é um bem escasso, portanto a sua produção depende da demanda,

mas precisamente das escolhas dos indivíduos e da sociedade numa busca da melhor alocação dos recursos disponíveis.

Na análise microeconômica utiliza-se de funções de produção pra analisar o lado da oferta da educação, num contexto de uma busca cada vez maior por capacitação dos indivíduos. (WALTENBERG, 2002, p. 41)

Embora tenha aumentado a importância dado ao lado da oferta da educação, os modelos de funções da produção ainda padeciam de alguns problemas, uma vez que não conseguiu revelar claramente quais os insumos realmente importantes na produção de educação, sendo a origem socioeconômica do individuo ou agente demandante de educação, a que tem influencia mais decisiva na função de produção deste bem, apesar de ressaltar também a importância de insumos não-monetários, como esforços dos alunos, efeito de pares e o capital social, que aqui é entendido como o papel familiar e da comunidade na produção educacional.

#### **1.5.4 - O Papel do Estado na educação**

É impossível não mencionar o papel do Estado quando o assunto é investimento em educação. O Estado e o Governo têm como objetivos a condução, ajuste e complementação sistema de mercado, uma vez que o mercado por si só não consegue alocar os bens e recursos da economia perfeitamente. Nessas situações são conhecidas na teoria econômica como falhas de mercado. Neste caso, a educação por ser um bem público o mercado não consegue por si só entrar em equilíbrio.

A necessidade de intervenção do Estado gera muitas discussões, e observa-se que algumas idéias que retomam liberalismo se fortalecem após a década de 1970 com a ocorrência da chamada crise do capitalismo. Essas idéias defendem a diminuição do papel do Estado na economia, uma vez que para os estudiosos e defensores desta corrente o mercado é o regulador da riqueza e da renda. (CARDOSO, 2006)

Em se tratando de educação, pode-se constatar que na maioria dos países ela é um bem oferecido tanto pelo Estado quanto pelo setor privado. Blaug *apud* Cardoso (2006, p 40), afirma “que os sistemas educacionais são, quase no mundo inteiro, em grande parte propriedade do Estado”.

É evidente que o grau de influência e intervenção do Estado na educação varia em cada sociedade, mas cabe ressaltar que na maioria dos países o Estado é o maior provedor de recursos para a educação, uma vez que o nível de educação de uma sociedade influencia diretamente no crescimento e no desenvolvimento de um país.

Citando Sousa, s/d, p. 2:

A educação gera externalidades positivas porque os membros de uma sociedade e, não somente os estudantes auferem os diversos benefícios gerados pela existência de uma população mais educada e que não são contabilizados pelo mercado.

Portanto, estudos mostram que a educação contribui para melhorar os níveis de saúde de uma determinada população, reduzem a taxa de mortalidade infantil e a criminalidade, entre outros efeitos positivos, sendo assim os que apesar de os benefícios privados serem o objetivo da demanda pela educação, há também concomitantemente benefícios sociais nesse processo de educacional.

No contexto globalizado do mercado de trabalho o governo quando investimento em educação assume papel destacado pelo fato de ser o espaço de qualificação da força de trabalho, e diminuição das desigualdade de oportunidades.

Apesar de observar a grande disparidade no número de instituições de ensino superior – IES, particulares e públicas, com massiva predominância das instituições privadas, ressalta a grande importância do Estado no investimento em educação no Brasil.

Segundo Johnson *apud* Lameza:

O Estado é uma instituição social, o que significa que consiste de uma forma ou plano social de como várias funções devem ser desempenhadas e o Governo é um conjunto particular de pessoas que, em qualquer dado tempo, ocupam posições de autoridade dentro do Estado. (LAMEZA, 2006, p. 18)

Além de investir na abertura de novas vagas em instituições públicas, o Estado ainda promove programas de inserção de camadas sociais menos favorecidas no preenchimento de vagas das instituições privadas, com financiamento integral ou parcial aos estudantes menos favorecidos economicamente, haja vista a incapacidade de o Estado atender à toda demanda de vagas no ensino superior.

O Estado e a Educação, influenciados pelo sistema neoliberal de economia globalizada e institucionalizada, assumem um papel relevante na formação do cidadão. Sendo assim o mercado e as relações econômicas influem no sistema produtivo e o Estado é o regulador e promotor na busca para o bem-estar social e econômico.

O investimento em educação pelo estado se justifica, na busca pelo desenvolvimento do país, uma vez que para a TCH a educação é um tipo de investimento que melhora a capacidade produtiva e diminui as desigualdades de renda, promovendo assim o desenvolvimento econômico do país.

E assim segundo Oliveira *apud* Lameza:

O investimento na área educacional poderia ser o instrumento propulsor de uma modificação do quadro social existente, Governos de todo o mundo passam a depositar no sistema formal e informal de ensino e esperança de que, com a reestruturação do processo educativo, sejam alcançados níveis de produtividade do setor fabril, por conseguinte, garantir às economias um nível de competitividade capaz de desfrutar de uma fatia maior do mercado internacional. (LAMEZA, 2006, p. 24).

No Brasil, o Ministério da Educação busca construir uma proposta para as IES, e para isso busca democratizar as oportunidades educacionais no país. O Plano Nacional de Educação visa dobrar o número de alunos do ensino superior, buscando criar condições para uma expansão com qualidade.

### **1.5.4.1. - Programas de Ensino Superior**

As reformas educacionais dos anos 90 surgem a partir de uma necessidade básica para o planejamento de um desenvolvimento econômico. Portanto, entender a nova investida em no campo educacional, especialmente, no Brasil, requer uma compreensão maior de processos mais gerais que a condicionam. A educação, então, se torna, mais do que nunca, um componente fundamental para a reestruturação e manutenção do sistema produtivo capitalista. (TAVARES, 2000)

Apesar das reformas educacionais impactarem positivamente na oferta de educação, percebe-se que ainda é pequena a oferta e ainda precisa melhorar a informação aos demandantes do SES brasileiro para qualificá-lo. Sendo cabe observar as ações do MEC voltadas ao ensino superior. O governo brasileiro lançou três projetos: o PROUNI, o SINAES e a Reforma do Ensino Superior; que no geral buscam a democratização ao acesso e uma reorganização do Sistema de Ensino Superior (SES).

#### **1.5.4.1.1 - PROUNI**

O PROUNI – Programa Universidade para Todos, é um programa cujo objetivo é conceder bolsas integrais ou parciais nas IES privadas, voltado a estudantes brasileiros de baixa renda e ainda sem diploma de nenhum curso superior. As IES privadas recebem incentivos com a isenção de alguns tributos para aderirem ao programa. Foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.906, em 13 de janeiro de 2005. (MEC, 2008)

O Prouni é direcionado aos concluintes do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos. A seleção dos beneficiados pelas bolsas é feita a partir do ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio. Assim, àqueles que conseguirem as melhores notas tem a possibilidade de escolher o curso e a instituição para estudar. Ao fazer a inscrição, o candidato poderá assinalar até cinco opções de acordo com suas prioridades, que podem ser em cursos ou instituições diferentes. Este programa já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo

do segundo semestre de 2008, cerca de 430 mil estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. (MEC, 2008)

No Município de Vitória da Conquista, foram ofertadas no primeiro semestre de 2008, 54 bolsas integrais, e 68 bolsas parciais, num total de 122 bolsas, já no segundo semestre do ano 2008 foram ofertadas 40 bolsas integrais e 663 bolsas parciais num total de 703 bolsas (MEC, 2008).

Desde 2007, o Prouni - e sua articulação com o FIES - é uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. O programa aumenta a oferta de vagas no ensino superior, apesar de ainda este estímulo na oferta não se equilibre à demanda de vagas, como se observa em dados do site do MEC, que teve no primeiro semestre de 2008 um total de 855.734 inscritos, e uma oferta de bolsa de 106.134, mesmo assim o programa já possibilita uma maior inserção da classe média e baixa nas IE, uma vez o estudante precisa comprovar renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio (R\$ 622,15) para bolsas integrais e de até três salários mínimos (R\$ 1.245) para bolsas parciais. A previsão é que sejam ofertadas no primeiro semestre de 2009, um total de 156.416 bolsas. (MEC, 2008)

Para obter mais informações sobre o Prouni, o ministério da educação disponibiliza no site um número gratuito, o Fala Brasil (0800 616161). O acesso via Internet, entretanto, é uma boa alternativa, vantagem destacada pelo próprio ministério, é que o acesso pela Internet permite que o candidato à vaga possa criar uma estratégia de inserção no programa, podendo alterar a escolha do curso de acordo com a média geral e sua nota obtida. (SCHETTINO, 2006)

#### **1.5.4.1.2. – SINAES**

O SINAES- **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior**, Criado pela Lei nº 10.861 de 2004, avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros (MEC, 2008). Muda o modelo avaliação do ensino superior de extensão nacional, sendo composto por quatro avaliações: auto-avaliação, institucional externa, condições de ensino (ACE) e desempenho dos

estudantes (ENADE). O exame nacional feito pelos estudantes sofreu muitas críticas, mas hoje já é aceito e serve como parâmetro para comparar os melhores cursos do país, além de servir como um dado de conhecimento do próprio estudante. Este programa ainda possibilita a diminuição da assimetria de informações uma vez que o indivíduo demandante de um curso de ensino superior já pode saber da qualidade dos cursos de graduação. (SCHETTINO, 2006)

O Provão que antes media estes resultados e foi substituído pelo Enade era um exame de resultados, já o Enade é uma combinação com informações sobre processos e recursos, o que gera um risco de interpretação dos resultados. Apesar disso ainda é de extrema importância na redução da assimetria de informação com a oferta de informação qualitativa, útil e a baixo ou a nenhum custo, entendida como informação precisa, atualizada, abrangente e comparativa.

O Sinaes coleta informações que servem para orientar a eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social pelas IES; já nos órgãos do governo servem para a orientação e direcionamento de políticas públicas; Para os estudantes e demandantes do ensino superior serve para direcionar as decisões de acordo com a qualidade dos cursos e das instituições. Portanto, este sistema de avaliação apesar de não acabar com a assimetria de informações no ensino superior uma vez que o resultado do “produto” demandado só irá se mensurar depois da conclusão do curso, ele direciona o estudante para as instituições com melhor avaliação, ou seja, àquelas que tendem a ter um ensino de melhor qualidade (MEC, 2008).

#### **1.5.4.1.3 - REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Depois de vários debates sobre a educação superior, o Governo Federal, propôs uma Reforma da Educação Superior. No fim de 2004, o MEC apresentou um anteprojeto que estabelece conceitos e procedimentos para o ensino superior. Na reformas há pontos centrais importantes, embora não prevêem medidas de sinalização e incentivo:

- a) possibilitar uma melhor inclusão social;

b) aumento de recursos nas universidades públicas, além de programas de incentivos às instituições privadas;

c) uma proposta de controle das instituições privadas

Apesar dos esforços direcionados na melhoria do SES falta uma melhor utilização das informações qualitativas do ensino superior brasileiro, que embora possua algumas IES com qualidade e competência na sua maioria tem resultados medíocres. Não observa nenhum diagnóstico no real desempenho das IES brasileiras, sejam as federais, sejam as estaduais ou privadas. (MOURA CASTRO e SCHWARTZMAN, *apud* SCHETTINO, 2006, p. 85)

Apesar de ser estritamente necessário uma maior inclusão social no ensino superior, deve ressaltar que a massificação do SES não pode ocorrer com a diminuição da qualidade. A partir do momento em que as IES realizam seu objetivo de formar indivíduos competentes, ampliando a geração de riqueza e assim melhorando o bem estar geral da sociedade, a educação gera externalidades positivas para toda a sociedade. Ao contrário quando as IES transformam-se em apenas distribuidores de credenciais desprovidas de conteúdo, prevalecendo assim os benefícios privados e as desigualdades.

Cabe ressaltar uma maior importância no controle de qualidade das IES, junto ao aumento de verbas destinadas às Universidades públicas, e estímulo a pesquisa e extensão. No setor privado, o Estado tem que prover e zelar para que haja uma simetria de informações quer sirvam para a orientação dos estudantes no processo de escolha além de impor condições mínimas de funcionamento para a operação dos cursos buscando assim um mínimo de qualidade para as IES privadas.

Embora a Reforma da Educação Superior seja de grande valia ela não consegue resolver o problema de assimetria de informação, uma vez que não utiliza mecanismos de sinalização e incentivos para a garantia de qualidade dos cursos. Tanto as IES públicas quanto as privadas deveriam se submeter permanentemente há um processo avaliativo.

## CAPITULO II

### A escolha de um curso de ensino superior

#### 2.1 – Custo e Investimento na Educação

O nível de educacional de um indivíduo tem grande influência na sua inserção no mercado de trabalho e no padrão de renda auferido.

Segundo Blaug, *apud* Cardoso p. 29:

Em todas as economias que temos notícia, as pessoas que receberam mais educação percebem, em média, rendimentos mais elevados do que aquelas que receberam menos, pelo menos quando se comparam pessoas de mesma idade.

É imprevidível considerar o custo de oportunidade quando se escolhe pelo curso de ensino superior, uma vez que os indivíduos optam entre gastar o tempo estudando com o objetivo de um retorno de uma melhor remuneração no futuro, ou gastar esse tempo fazendo alguma atividade que lhe possibilite adquirir alguma renda no presente.

Segundo Schultz (1973, p. 37) as estatísticas sobre os custos da educação, tanto para as escolas públicas quanto para as particulares, não abrangem todos os custos provocados pela instrução, pois omitem as taxas escolares que lhes são tributadas e os gastos representados pelos salários que os estudantes deixam de receber enquanto freqüentam as escolas.

A instrução se apresenta muito mais onerosa do que consta nas despesas escolares, considerando-se que os salários não recebidos pelos estudantes [...] não são consignados como despesas. (SHULTZ, 1973 p. 20)

Por esta análise o maior gasto em educação é financiada pelos estudantes e seus pais ou familiares, apesar de a educação ser gratuita devido às escolas públicas. Além disso, se os salários que são deixados de receber forem considerados.

Mesmo quando todo o gasto escolar é levado em consideração, essa taxa de retorno é ainda excessivamente elevada, em relação à de outro qualquer investimento, principalmente nos países emergentes, o que justifica os gastos com a educação sendo tratados como investimentos e não somente como consumo. Para diferenciar consumo de investimento, cabe citar Sandroni (2000, p.126), segundo ele consumo é a “Utilização, aplicação, uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo ou uma empresa.” Já o investimento é toda a aplicação de recursos com a expectativa de render juros ou lucros, em geral a longo prazo (SANDRONI, 2000, p. 308).

Apesar de ser tratada como consumo, ressalta que a cada na adicional de educação o indivíduo torna-se mais produtivo e assim deixa a economia mais competitiva, desta forma contribui para o crescimento econômico.

## **2.2 - Educação, Desigualdade de Renda e Desigualdade de Oportunidades**

É de grande relevância o fator de influência da educação para a elevada desigualdade de renda no Brasil e essa desigualdade é afetada por dois motivos: desigualdade educacional da força de trabalho; e grande taxa de retorno à educação no país, que é o aumento de salário resultante de um ano adicional de estudo.

A importância da educação ficou evidente, não só para as diferenças observadas de renda em cada ano, mas também para o aumento de desigualdade durante o período. Os coeficientes desta variável (...) são os de maior magnitude e de maior significância entre todas as variáveis incluídas na regressão. (LANGONI, *apud* FERREIRA 2000, p.10).

Segundo Langoni *apud* Néri (2008), a interação entre a baixa oferta de mão de obra qualificada e o aumento acelerado da demanda por esta mão-de-obra, impulsionada pelo crescimento da economia, sobretudo no período do “milagre econômico” brasileiro, foram os principais responsáveis pela alta desigualdade observada desde os anos de 1960.

### **2.3. - Quadro Geral da Educação no Brasil**

No Brasil as desigualdades são muito acentuadas, sendo um dos países de maior desigualdade no mundo, cerca de 10% da população ganham 90% de toda riqueza produzida, enquanto os outros 90% da população ficam apenas com 10% da riqueza, ou seja, os mais ricos ganham 10 vezes mais que os mais pobres, nos Estados Unidos essa diferença é de 3,7 vezes, Reino Unido 2,8 vezes, Suécia 2,1 vezes, o que mostra a grande disparidade no Brasil. (OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Essa desigualdade aumentou a partir da década de 60, devido aos fatores estruturais associados ao processo de desenvolvimento econômico, que aumentou a taxa de retorno à educação para os trabalhadores mais qualificados, com a adoção de novas tecnologias associadas ao crescimento econômico da economia brasileira.

As desigualdades no mercado de trabalho promovem o acúmulo de capital, na condição que beneficiam àqueles que possuem melhor capacitação (educação), e foi um dos principais determinantes na desigualdade de renda no Brasil em relação com os países desenvolvidos e também da evolução da mesma ao longo do tempo. Uma razão para essa importância na educação no aumento da renda é pelo fato de o Brasil possui uma maior desigualdade educacional e assim uma maior taxa de retorno à educação.

Ferreira, em seu trabalho conclui que educação continua sendo a variável de maior poder explicativo para a desigualdade brasileira, apesar de ressaltar a importância do trabalho na amplificação da desigualdade educacional, ao transformá-la em desigualdade de renda. (FERREIRA, 2000)

### **2.4 - Taxa de retorno da educação no Brasil**

No ranking de prêmio à escolaridade, ou taxa de retorno à educação, o Brasil ocupa o 9º lugar, sendo que em média por cada ano adicional de escolaridade no país o salário

aumente em cerca de 15%, nos EUA é de cerca de 10%. (FGV, 2008). Além do aumento de renda, o prêmio à escolaridade aumenta as chances de ocupação que (FGV, 2008).

O prêmio à escolaridade (termo utilizado para medir os retornos em salários e ocupação obtidos com investimentos em educação) aumenta aceleradamente na medida em que se somam os anos de estudo. Sendo assim, há um aumento de 6% no salário de uma pessoa sem qualquer grau de instrução, quando esta passa a ter um ano de estudo. Já com 15 anos de estudo, que corresponde à conclusão do ensino superior, cada ano adicional de estudo (pós-graduação, mestrado, doutorado) aumenta em 47% o salário (NÉRI, 2008).

Segundo Néri, os jovens devem investir em educação contínua.

O Brasil é um dos países do mundo que apresenta o maior retorno da educação, mas muitas pessoas de baixa escolaridade ficam presas a essa armadilha. Elas estudam um pouco mais e não têm tanto retorno. Para alcançar um trecho de altos prêmios de educação, elas precisam percorrer toda a trajetória (NÉRI *apud* FGV, 2008. s/p).

O alto retorno por escolaridade no Brasil vem caindo, isto devido há uma maior oferta de pessoas com qualificação e capacitação, uma vez que as pessoas estão investindo cada vez mais na educação. Assim comenta Néri:

De um lado, as pessoas estão indo mais para escola e isso gera mais oferta de pessoas qualificadas. De outro as empresas estão demandando mais essa mão de obra. Nos anos 60, essa disputa foi vencida pela demanda, o que implicou fortíssimo aumento da desigualdade. Já nos últimos sete anos a oferta de educação tem vencido a demanda e está gerando uma forte redução de desigualdade no mercado de trabalho nos últimos anos (NÉRI *apud* FGV, 2008. s/p).

Segundo pesquisa de Néri (2005) o Nordeste tem a maior taxa de retorno de educação (17,04% por ano de estudo) e o Sul (12,43% por ano de estudo), a menor, isso devido o Nordeste está crescendo de forma mais acelerada e assim demandar mais indivíduos qualificados, e o Sul já contar com uma maior oferta de pessoas já qualificadas, o que corrobora a afirmativa de uma grande desigualdade educacional no país.

O maior diferencial de trabalho se dá na comparação entre trabalhadores com Ensino Superior e trabalhadores com Ensino Médio. Tanto o nível quanto a evolução desses retornos ao longo do tempo dependem da interação entre oferta e demanda por cada grau de qualificação, como se pode observar um maior número de oferta de trabalhadores desqualificados e com baixa escolaridade e pouca oferta de trabalhadores com grau de escolaridade superior, ainda cabe salientar que para Ferreira, um aumento de 10% na oferta de trabalhadores com ensino superior diminuiria o prêmio à universidade de 5,5%.

A partir de 1990, observa-se ainda um grande aumento da demanda por trabalhadores qualificados, o que faz aumentar o prêmio a escolaridade, e conseqüentemente uma queda na demanda por trabalhadores menos qualificados.

Em particular o acesso à universidade no Brasil tem altos retornos, que são as diferenças salariais entre os que freqüentam na universidade e os demais. Isso faz aumentar a taxa da freqüência nas IES.

## **2.5 – A decisão de escolher um curso de ensino superior**

Apesar de a educação não exclusivamente a única forma de investimento em capital humano ela é o fator mais importante no processo, como apontam vários estudos (MORETTO, 2002 p.45).

O processo educacional envolve vários níveis, como o ensino básico, o ensino secundário, o ensino superior e as pós-graduações. Não se observa decisão de escolha no ensino básico, uma vez que este é obrigatório e oferecido pelo governo da maioria dos países. No ensino secundário apesar de atender à quase totalidade da população, já há uma possibilidade de escolha, uma vez que também existem os cursos técnicos e profissionalizantes que podem incentivar suas escolhas, o que de certa forma já contribui no processo de escolha do ensino superior, haja vista, que àqueles que não optaram pelo ensino secundário em sua maioria já estão se preparando de certa forma para uma das escolhas mais importantes de suas vidas, a escolha de cursar o ensino superior.

Os problemas de assimetria de informações no processo educativo dificulta a escolha do curso de ensino superior, uma vez que sofre influência de vários fatores, tais como, conhecimento das habilidades cognitivas de cada um, incertezas futuras do mercado de trabalho e conhecimento sobre a qualidade dos cursos de ensino superior.

De acordo com Becker *apud* Moretto (2002, p 45) no momento da escolha de iniciar um curso de ensino superior, planejam o retorno com maiores rendimentos, além de um novo estilo de vida, uma vez que abdica de rendimentos por renunciarem ao mercado de trabalho e ao mesmo tempo efetuam dispêndios com livros, moradia, transporte, dentre outros. Portanto no momento da escolha do ensino superior os indivíduos além de custos monetários também tem custos psicológicos.

Segundo a Teoria do capital Humano – TCH “[...] uma educação adicional elevará os rendimentos futuros, e, neste sentido, a aquisição de educação é da natureza de um investimento privado em rendimentos futuros.” (BLAUG *apud* SOARES, 1999 p. 43). O que demonstra a direta relação entre aumento de produtividade com o aumento de educação, o que justifica a junção da educação com o capital, ou seja, o capital humano, uma vez também que a produtividade justifica o aumento salarial.

As habilidades de cada um, ou seja, das características naturais individuais sinaliza a possibilidade para realização de certas tarefas com maior facilidade, é um conjunto de habilidades que influencia na decisão da escolha de um curso superior.

Outro conjunto se refere a habilidades adquiridas, que devem ser precedidas de uma decisão individual própria e voluntária, e essa aquisição de habilidades necessita de treinamento, de capacitação e de estudo, que para isto tem um custo financeiro, de esforço físico ou intelectual, portanto os indivíduos buscam um retorno quando demandam a aquisição destas habilidades.

A educação passa a ser considerada um investimento, uma vez que espera-se um retornos dos custos incorridos. Os indivíduos buscam se capacitar com a educação para aumentarem sua produtividade e assim fazerem jus a melhores salários, além de poderem se

inserir mais rapidamente no mercado de trabalho, uma vez que este exige cada vez mais capacitação de seus trabalhadores.

Na busca pela maximização da utilidade individual, o indivíduo investe em si mesmo assumindo assim a função de investidor em capital humano, que é um dos pilares da TCH. De acordo com estudos de Elster apud Soares (1999), só a ação humana individual explicam um evento, de forma que a cada um cabe a escolha e decisão dentre um leque de oportunidades e alternativas. Sendo para o autor as oportunidades fatores primários e as preferências fatores secundários. Outra característica da TCH se baseia nos estudos neoclássicos, de utilidade individual e capacidade racional de cada agente, que segundo a tendência observada rejeitam a hipótese de busca pela maximização geral para uma busca de maximização da utilidade individual.

Uma alocação eficiente dos recursos ao ensino superior possibilita: a concorrência perfeita na produção de serviços educacionais; uma maior aquisição de informações pelos demandantes da educação e melhora do bem estar geral, com uma melhora do bem estar individual de cada estudante.

[...] as deficiências e falhas de informação e as distorções que registram nos incentivos realmente contam. [...] Como consequência, não importa quão eficiente os estudante sejam privadamente nas suas decisões – do ponto de vista da economia tomada como um todo, a adjudicação de recursos à educação superior não há de ser eficiente (SCHULTZ *apud* MORETTO, 2002 p. 47) .

Há peculiaridades na decisão de investimento num curso superior, como a heterogeneidade no capital humano formado e a grande possibilidade de fracasso no retorno esperado, uma vez que existem muita incerteza no processo de tomada de decisão, apesar de mesmo assim a TCH se apoiar na premissa de que uma maior educação elevará a renda.

Ehrenberg e Smith (2000) também analisam a demanda por educação universitária na qual os estudantes escolhem frequentar uma universidade, por exemplo, por acreditarem que ela os deixará em situação melhor, ou seja, receberiam salários mais elevados se comparados àquelas pessoas que não tem o ensino superior. Acontecendo que o ensino superior seja visto

às vezes apenas como um bem de consumo, com benefícios imediatos. No curto prazo, o indivíduo pode apenas pensar na satisfação obtida com o estilo de vida estudantil.

Contudo visto como uma decisão de longo prazo, o ensino superior pode trazer muitos outros benefícios, como a possibilidade de ter acesso a empregos mais valorizados, de ter rendimentos mais altos ou de ter um maior prestígio (status), tanto profissional quanto pessoal.

Schultz, *apud* Moretto (2002, p. 46, 47) mostra que os estudantes por si só devem tomar decisões na destinação de recursos para o ensino superior. De acordo com o ele, o auto-interesse privado dos estudantes é que deve fornecer o necessário elemento racional. Assim, a pesquisa será feita buscando analisar quais são os fatores determinantes da escolha do curso superior em especial o curso de economia na Uesb, tendo base na tomada de decisão dos agentes. O auto-interesse privado do tomador (estudante) de decisão racional possibilitaria ao mesmo, classificar todas as possíveis situações de mundo futuro de sua utilidade subjetiva ou da sua satisfação individual. Como na teoria neoclássica, os indivíduos possuem sistemas cognitivos capazes de tomar decisões racionais.

Para Crawford *apud* Soares (2007, p. 47), os homens são parte de um estoque do capital do mundo e o principal investimento a ser feito por uma sociedade tem que ser na busca pela melhora das habilidades da população.

Outro fator que influência no processo de tomada de decisão e pelo fato de os gastos com educação serem considerados como investimentos, uma vez que aumentam os rendimentos futuros, implica em gastos muito antes dos benefícios, e este investimento além de ser muito dispendioso tem um grande prazo de maturação. A incerteza quanto ao montante de rendimentos futuros e também ligados à certeza da escolha do curso certo de acordo com as habilidades individuais também influenciam na tomada de decisão.

Quanto maior for o retorno de educação de um país, ou seja, quanto maior for o prêmio de escolaridade em relação ao recém formado de uma universidade e o recém formado do ensino secundário, maior então será a demanda por vagas nas IES.

## **2.6 – O processo de escolha do curso superior**

No processo de escolha prevalece a individualidade e capacidade de cada agente, em razão de suas percepções, valores e interesses individuais. A escolha de um curso superior se associa – com exceção àqueles indivíduos que não conseguiram acesso ao curso inicialmente pretendido (por fracasso no vestibular ou por não ter condições econômicas para cursá-lo) e assim sendo obrigado a fazer outra opção - às preferências, afinidade e à “vocação” individual.

Observa-se que os indivíduos argumentam que escolheram determinado curso de acordo com a área e que acreditam possuírem habilidades apropriadas ao exercício da profissão, ou ainda, realizar a escolha de acordo com seus sonhos individuais. Mesmo em situações que a escolha não decorre de uma afinidade curso ou área profissional, o processo de decisão orientado pelas percepções, valores e interesses individuais.

Um indivíduo que busca a obtenção de uma qualificação no de nível superior, visando apenas obter uma promoção dentro da empresa onde já trabalha, e assim escolhe o curso de acesso mais fácil, e com menor custo se orienta também por um conjunto particular de representações sobre o sistema educativo, o mercado de trabalho, sua capacidade intelectual e seu futuro profissional. No entanto, por mais que as escolhas do curso superior possam ser descritas como relativamente individuais os dados agregados mostram, de forma clara e recorrente, as bases sociais desse processo decisório.

Observa-se que o perfil dos indivíduos na escolha do curso de ensino superior em cada área já se define antes mesmo do vestibular, um vez que os indivíduos já buscam cada curso em função do seu perfil socioeconômico (renda, nível de formação e tipo de ocupação dos pais; situação de trabalho no momento da inscrição e pretensão ou não de trabalhar durante o curso), do seu perfil acadêmico (tipo de escola anteriormente freqüentada: pública ou privada, profissionalizante ou geral).

## **2.7 – Escolha, racionalidade e tomada de decisão**

A TCH baseia-se nos pressupostos da teoria econômica neoclássica tradicional, portanto os indivíduos quando demandam educação, agem de forma racional. Portanto, o homem econômico racional busca a maximização de sua utilidade individual e faz suas escolhas diante das alternativas a ele possibilitadas, e as preferências deste indivíduo se modificam na medida que aumentam seu grau de informação, seja no âmbito do mercado de trabalho, seja no conhecimento de suas habilidades individuais.

Na racionalidade individual predomina sempre uma busca pela maximização da utilidade individual com a ocorrência da maximização do comportamento econômico. Segundo Hogarth e Reder apud Moretto (2002, p 57) os tomadores de decisão comportam-se racionalmente quando, e somente quando o comportamento pode ser interpretado com o paradigma da escolha racional, que estabelece que o tomador de decisão tem uma função de utilidade cujas razões são definidas na alocação de recursos para uma máxima busca de otimização.

Os estudiosos da escolha racional assumem que o mundo econômico é um mundo em equilíbrio e que os agentes individuais possuem o leque de possibilidades semelhantes e de forma equilibrada buscam a maximização de suas preferências. O indivíduo tomador de decisão, agindo de forma racional, só toma a decisão depois da combinação de fatores dentre as quais a influência familiar e social que ajudam na busca por suas preferências.

## **2.8 – Variáveis no processo de escolha**

Vários estudos tratam da escolha profissional e levam consigo uma série de propósitos, dentre eles destacam-se: a busca necessária para explicar como os indivíduos efetuam as suas escolhas profissionais.

No processo de tomada de decisão quando se relaciona ao ensino superior sob a ótica da teoria do capital humano, entende-se a necessidade de uma maior investigação sobre o fato, além da associação de retorno entre anos de estudo e aumento dos rendimentos. Para fatores determinantes entende-se que são àqueles que se inserem na escolha do curso de graduação.

No ambiente dos tomadores de decisão, há muitas possibilidades e/ou limitações, influenciando positivamente ou negativamente no processo de escolha. Schultz *apud* Soares (1999, p.48) argumentou que a impossibilidade de mensurar com maior precisão a taxa de retorno esperada e o rendimento posterior com o curso de 3º grau escolhido, tomar a decisão ou escolher um curso superior é uma questão de casualidade, além dos componentes da razão.

Segundo Luz Filho *apud* Soares (2007, p. 48), quando se fala em fatores de decisão no ensino superior estes estão vinculados à realização profissional, interesses e aptidões, embora não se possa ter certeza quanto aos resultados futuros.

Ainda que o retorno financeiro e a influência familiar não apareçam como determinantes na escolha percebe-se que empiricamente são em muitas vezes decisivos na escolha de um curso de terceiro grau, como dizem estudos sobre o capital social.

Sobre o processo de tomada de decisão no ensino superior, sobressaem dois aspectos relevantes: o primeiro deles nos permite relacionar as decisões nas escolhas no ensino superior com o grau de informação disponível e ao modo como a assimetria de informações são processadas e depois transformadas na mente de cada indivíduo tomador de decisão; o segundo identifica a atual escolha do curso de ensino superior como um ponto de vista “*ex-post*” de todos os eventos ocorridos. Esta abordagem tem o objetivo de poder dimensionar o ambiente que está por trás do processo de tomada de decisão de cada indivíduo e o comportamento econômico adquirido.

Citando Waltenberg (2002, p. 24), sobre a tomada de decisão quanto à aquisição de educação, o autor diz que: Defendia-se, portanto, que os indivíduos – que fazem cálculos racionais de custo-benefício – decidiam demandar educação não obrigatória (aquela que o governo não oferece obrigatoriamente, ou seja, o ensino básico) porque poderiam obter maiores retornos monetários em decorrência desta escolha, portanto a educação pós-compulsória deixou de ser vista apenas como um bem de consumo (visão tradicional), mas também como um investimento.

O indivíduo ao iniciar seu processo de decisão se condiciona com uma determinada situação socioeconômica, bem como a instituições sociais.

Segundo Soares (2007) no processo de decisão estão relacionados alguns aspectos fundamentais: a escolha e o fator tempo, a dúvida e a incerteza; o risco e a sinalização; a informação recebida; as situações e as influências, a antecipação e a racionalidade. Sendo assim curso superior escolhido é resultado de todo o processo de escolha.

## CAPITULO III

### Pesquisa de amostragem: UESB – Curso de economia

#### 3.1 – Curso de Economia no Brasil

##### 3.1.1 - Considerações sobre a Ciência Econômica

A consciência do processo econômico se inicia na observação do processo produtivo. A economia como ciência dedica-se ao estudo da produção e da produtividade intelectual, através do uso de recursos naturais e de relações sociais, e à distribuição desta produção na sociedade. Portanto, preocupa-se com um conjunto de conhecimentos, como uma forma de pensar e com um certo instrumental metodológico para compreender e fazer frente a muitos problemas da sociedade atual, tais como, escassez de recursos naturais, crescimento, inflação, desemprego, distribuição de renda e monopólio.

A Economia é uma ciência social relacionada principalmente com a forma que a sociedade aloca os limitados recursos para produção bens de consumo e serviços para o presente e futuro. Ou seja, quando se fala em economia, refere-se às formas pelas quais uma sociedade administra seus escassos recursos. (LIMA, s/d)

Para administrar estes recursos limitados em uma sociedade, utiliza-se do sistema econômico, que se organiza com a finalidade de buscar uma maximização do bem estar geral de toda a sociedade, com a busca de suprir as necessidades individuais dos indivíduos (como alimento, vestuário, moradia, e outros), bem como, as demandas coletivas da população (tais como, instrução, transporte, educação, saúde e saneamento). (LEAL, 1999)

É de fundamental importância a linguagem matemática no meio econômico atual, tornando-se um dos requisitos básicos para a formação do economista, apesar de ressaltar a economia, enquanto ciência social. Conseqüentemente as políticas econômicas devem ser

adequadas e revistas com frequência, à medida que as condições - políticas e sociais, assim como as econômicas - modificam-se e que novas informações são recebidas.

### **3.1.2 - Histórico do Curso de Economia no Brasil**

O ramo do conhecimento que originou o ensino de Economia no Brasil foi o Ensino Comercial, destacando-se as “Aulas de Comércio da Corte”, iniciadas em 1809. Contudo, a primeira manifestação efetiva de ensino de Economia no Brasil só ocorreu nos anos de 1820 (SOUZA, 2006).

A ciência Econômica (Economia), ganha corpo e se torna independente apenas no século XVIII. No Brasil, surge através do Decreto do Príncipe regente em 23 de fevereiro de 1808, na Academia Real Militar da Corte, como uma cadeira de Ciência Econômica ministrada pelo inspirador da abertura de Portos brasileiros às nações amigas, José da Silva Lisboa. (SOUZA apud Leal, 1999. Cap.2) Contudo, a forma oficial do ensino de Economia como ciência ocorre apenas em 1931, normatizado pelo Decreto nº 20.158 de 30.06.31, que tinha um título bem genérico de Administração de Finanças, inspirado nas idéias jurídicas, com conteúdos financeiros, contábeis e administrativos. Em 1945 o Decreto Lei nº 7.988, de 22.12.45, modificou totalmente o currículo e incorporou a Ciência Econômica ao sistema universitário brasileiro com redução da carga das disciplinas jurídicas, contábeis e administrativas que cederam espaço a disciplinas especificamente econômicas, tratando das estruturas, organizações e sistemas econômicos, da conjuntura econômica, do valor e formação dos preços. Em 1962 o curso de economia separa-se do curso de ciências contábeis e atuarais. Depois de 1980, acontecem novas medidas realizadas pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação e Cultura, buscando a efetivação do estudo de Economia (LEAL, 1999).

Apesar de terem sido criadas desde 1946 as primeiras faculdades públicas de Ciências Econômicas, somente em meados dos anos 90 o estudo em Economia torna-se valorizado nos meios universitários, profissionais e políticos. Como consequência a produção de estudos econômicos cresceu enormemente no País, assim como, seu público e os economistas transformaram-se em atores extremamente influentes em diferentes governos, haja vista das

crises vividas na economia do país e a grande influência dos Economistas na busca por soluções, e sua grande apresentação na mídia.

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV), foi criado em 1946, primeiramente, como um núcleo de Economia que em 1951, transformou-se em Instituto Brasileiro de Economia. Este foi durante as primeiras décadas de sua história institucional o pólo mais importante de produção e divulgação de conhecimento econômico no Brasil e o espaço onde a ciência econômica assumiu sua dimensão prática, afirmando-se como requisito básico de competência para a condução de políticas econômicas no País. Esta situação se alterou nos últimos tempos, entre outras razões, por motivos financeiros (LEAL, 1999).

A partir dos anos 70, os cursos de ensino superior nas universidades tornam-se o caminho principal de formação de economistas. Concentram-se nas faculdades de economia e, em particular, nos cursos de pós-graduação. Nesse período, que pode ser denominado modernização e internacionalização da Ciência Econômica, além da expansão dos cursos e alunos, cresce a produção acadêmica e o número de revistas especializadas. Consolida-se um quadro institucional de pesquisa e os estudos econômicos começam a ser formatados nos padrões teóricos e metodológicos predominantes nos países desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos (COATS e LOUREIRO, *apud* LEAL, 1999).

Em 1909 foi criada a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, no entanto somente em 1926 foi homologado o ensino das Ciências Econômicas e Comerciais, pelo Decreto n. 17.329. Na década de 1910 foram criadas escolas comerciais em outros Estados, além de duas existentes no Paraná e uma em São Paulo. Até 1912 foram criadas escolas no Amazonas, Maranhão e Pernambuco. Segundo o IBGE, em 1907 havia 14 estabelecimentos de ensino no Brasil, com 155 docentes e 970 alunos matriculados (60 alunos diplomados). Em 1912 esse número passou, respectivamente, para 38, 326 e 3.645 (466 diplomados); em 1932 tinha-se 401, 3.186 e 19.268 (3.371 diplomados). Em 1942 percebe-se considerável evolução: 721 estabelecimentos de ensino, 5.316 professores, 67.672 alunos matriculados, com 13.871 alunos diplomados (Castro, *apud* SOUZA, 2006).

Dentre os economistas mais importantes no Brasil vale a pena citar Mário Henrique Simonsen, um dos mais influentes economistas do País, nas últimas três décadas que utiliza da profunda formação matemática para atacar os problemas econômicos. Pelo menos três gerações de economistas brasileiros foram formadas por suas idéias, e incontestáveis participantes de conferências ouviram a versão de Simonsen sobre o que estava certo no Brasil, como fazer melhor e porque as coisas acabariam dando certo, no final.

Simonsen foi para a profissão de economista no Brasil o que Keynes havia sido no período entre guerras: um participante de presença enorme, cujos interesses abrangiam da matemática à política econômica, da história às finanças internacionais. (DORNBUSCH *apud* LEAL 1999, cap. 2).

### **3.1.3 – Curso de Economia na UESB**

O curso de Economia da UESB, no “campus” de Vitória da Conquista, foi autorizado a funcionar, com oferta de 40 (quarenta) vagas anuais, com uma entrada, no turno noturno, segundo Resolução 11/98 do CONSEPE (Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão) de 04/06/98, tendo em vista o Parecer CONSEPE 001/98, exarado no processo 018/98, e publicado no Diário Oficial do Estado de 1º de Junho de 1999 (UESB, 2008).

O objetivo precípua do Curso será a formação de bacharéis que, a partir de um bom domínio desta área do conhecimento humano, estarão capacitados a intervir no processo sócio-econômico regional e nacional, e serão capazes de desenvolver a consciência imprescindível para assegurar a utilização mais recente e mais qualitativa dos recursos materiais e humanos limitados, em seu exercício profissional (UESB, 2008).

### **3.2 - Perfil do profissional de Economia**

O Economista é um profissional que deve ter a necessária formação teórico-histórica e instrumental para fazer face às permanentes mudanças no cenário econômico. Deverá possuir as características, indispensáveis e desejáveis, de senso de responsabilidade; capacidade de discernimento para julgar e optar diante de alternativas; capacidade para desenvolver pensamento crítico; agilidade de raciocínio e criatividade; capacidade de vincular suas ações

às exigências de qualidade; e, capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações, entre outros. (UESB, 2008)

A legislação define o campo profissional do Economista, anunciado que a mesma é exercida na órbita e privada:

- nas entidades que se ocupem de questões atinentes à economia nacional ou às economias regionais, ou a quaisquer de seus setores específicos e dos meios de orientá-los ou resolvê-los através das políticas monetárias, fiscal, comercial e social;
- nas unidades econômicas públicas, privadas ou mistas, cujas atividades não se relacionam com as questões mencionadas anteriormente, mas que envolva matéria de economia profissional sob aspectos de organização e racionalização do trabalho. (UESB, 2008)

### **3.3 – Pesquisa**

As variáveis foram relacionadas em um questionário. Este questionário foi aplicado aos alunos de graduação do curso de economia durante intervalo de aula e também com auxílio de correio eletrônico, na cidade de Vitória da Conquista – BA nos meses de dezembro de 2008 e janeiro de 2009.

A primeira parte do questionário busca caracterizar o universitário e sua condição socioeconômica através de: gênero, idade, estado civil, filhos, situação na família, renda, condição no mercado de trabalho, estudos de 2º grau, modalidade de 2º grau que concluiu, pré-vestibular.

A segunda categoria de variáveis é direcionada à caracterização do processo de escolha em si através de: a escolha e o tempo, a dúvida e a incerteza, período de início da graduação, a busca da informação, influência de diferentes profissionais/pessoas na sua escolha, importância dada a diferentes fatores na escolha, a imaginação e o futuro, prática da formação mercado formal e informal, certeza.

A partir disso, busca-se estabelecer padrões de comportamento que sejam comuns entre os estudantes deste curso.

### Quadro 1 – Variável do Questionário Aplicado

<p>Variáveis que buscam caracterizar o universitário e sua condição socioeconômica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- sexo</li> <li>- idade</li> <li>- estado civil</li> <li>- filhos</li> <li>- situação na família</li> <li>- renda familiar</li> <li>- condição no mercado de trabalho</li> <li>- estudos de 2º grau</li> <li>- modalidade de 2º grau que concluiu</li> <li>- pré-vestibular</li> </ul>
<p>Variáveis que buscam caracterizar o processo de escolha</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a escolha e o fator tempo</li> <li>- a dúvida e a incerteza</li> <li>- início da graduação</li> <li>- o curso escolhido X o curso idealizado</li> <li>- o processo de busca da informação</li> <li>- influência de familiares, amigos, profissionais ou professores.</li> <li>- importância dada a diferentes fatores na escolha;</li> <li>- a imaginação e o futuro</li> <li>- prática da formação (mercado formal e informal)</li> <li>- escolha correta (certeza)</li> <li>- pretensões futuras.</li> </ul>

Fonte: elaborado pelo autor.

### 3.3.1. A AMOSTRA UTILIZADA

A amostra utilizada refere-se aos estudantes universitários matriculados, preferencialmente os regulares, no curso de economia na UESB, no município de Vitória da Conquista – BA.

Em se tratando da questão que se engloba as limitações da teoria amostral aplicada às populações humanas, Bustamante apud Soares (2007, p.59), ressalta que a amostra é a área teoricamente mais fraca da metodologia estatística para a investigação social. Ele diz que o desenho amostral no estudo de fenômenos sociais apresenta características e exigências muito específicas que têm sido subestimadas ou simplesmente ignoradas na literatura.

Levando em consideração estes estudos, adota-se em nossa pesquisa uma amostragem probabilística, ainda que a adoção desta amostragem não nos permita generalizar os resultados obtidos, pode-se obter características importantes do universo amostral, que assim podem nos fornecer significativas informações sobre a questão analisada e contribuir para pesquisas futuras. Buscou-se o maior número possível de entrevistados, no entanto, a dificuldade de aplicação do questionário nos permitiu que apenas 55 questionários fosse considerados válidos para análise dos dados, o que dá uma margem de erro de aproximadamente 11,8%.

$$N^{\circ} = \frac{1}{E^2} = \frac{1}{(0,118)^2} = 71,43 ;$$

$$n = \frac{N \times N^{\circ}}{N + N^{\circ}} = \frac{234 \times 71,43}{234 + 71,43} = \frac{16714,60}{305,40} = 55 \text{ questionários (aproximadamente)}$$

Onde segundo (BARBETTA, 2002):

E = erro amostral suposto

$N^{\circ}$  = primeira aproximação da amostra

N = Tamanho da população (Fonte: secretaria curso Economia - UESB)

n = Tamanho mínimo amostra,

### **3.3.2. EVIDÊNCIAS QUANTO ÀS ESCOLHAS DOS ESTUDANTES DE ECONOMIA DA UESB**

Aqui se apresenta os resultados da pesquisa. Os dados foram trabalhados no sentido de responder aos questionamentos iniciais e que nortearam a investigação. Procurou-se evidenciar os resultados obtidos e principalmente as relações que se estabelecem entre as variáveis especificadas também a relação com a TCH que é suporte deste trabalho.

Neste mesmo questionário foram introduzidas variáveis designadas a caracterizar o universitário e a condição socioeconômica e variáveis designadas à caracterização do processo de escolha.

Na análise destas variáveis procurou-se verificar as principais razões ou fatores determinantes nas escolhas dos universitários, isto é, os fatores que influenciaram o pesquisado numa condição de decidir-se sobre o curso de economia. Luz Filho *apud* Soares (2007, p. 63) argumenta que as questões utilizadas na pesquisa devem provir de idéias utilizadas na formulação do problema e nos objetivos da investigação. Com o intuito de obter respostas para o tema central da pesquisa elaborou-se o questionário (vide anexo).

### **3.3.3 A METODOLOGIA ADOTADA**

Dentre os procedimentos metodológicos, além de uma revisão bibliográfica, propõe-se uma pesquisa de campo. Para a viabilização de uma proposta empírica, elege-se como técnica básica a pesquisa de levantamento, por meio de uma amostragem. Cabe salientar que a pesquisa foi realizada na cidade de Vitória da Conquista, Bahia, exclusivamente no curso de Economia.

Existem diversos instrumentos utilizados no levantamento de dados para pesquisas. A opção escolhida foi por um questionário aplicado. Deve-se ter especial atenção, também, para o registro das respostas. Pretende-se descrever as principais relações que se estabelecem entre

as variáveis especificadas. A situação socioeconômica e as escolhas serão analisadas. Finaliza-se este estudo com as considerações finais referentes aos capítulos anteriores.

O questionário é composto de 48 questões. As questões de número 1 a 10 são relativas aos dados socioeconômicos dos estudantes. As restantes 11 a 48 referem-se ao processo de escolha do curso superior. Optou-se por um questionário de perguntas fechadas. Conforme Richardson *apud* Soares (2007, p.64), pode-se perceber vantagens e desvantagens com este modelo de questionário.

**Vantagens:** de fácil codificação; e possibilita maior rapidez no preenchimento; e as perguntas fechadas facilitam o preenchimento total do questionário.

**Desvantagem:** não possibilita ao entrevistado todas as alternativas possíveis de resposta.

Ao selecionarmos a amostra consideramos:

- a) Preferencialmente alunos regularmente matriculados no curso de economia na UESB;
- b) Foi preferencialmente direcionada a pesquisa para os alunos dos 1º e 2º semestres, embora houve entrevistados do 4º, 6º 8º e 10º semestres , tendo em vista a proximidade da escolha do curso superior.

Faz-se necessário distinguir que os resultados observados referem-se aos universitários respondentes ao questionário. Foram respondidos 70 questionários, dentre os quais só puderam ser considerados válidos 55. Os resultados, as conclusões ou evidências aqui apuradas referem-se a esta amostra. Compreende-se que os resultados não podem ser generalizados a todos os universitários, embora sirvam como um indicativo.

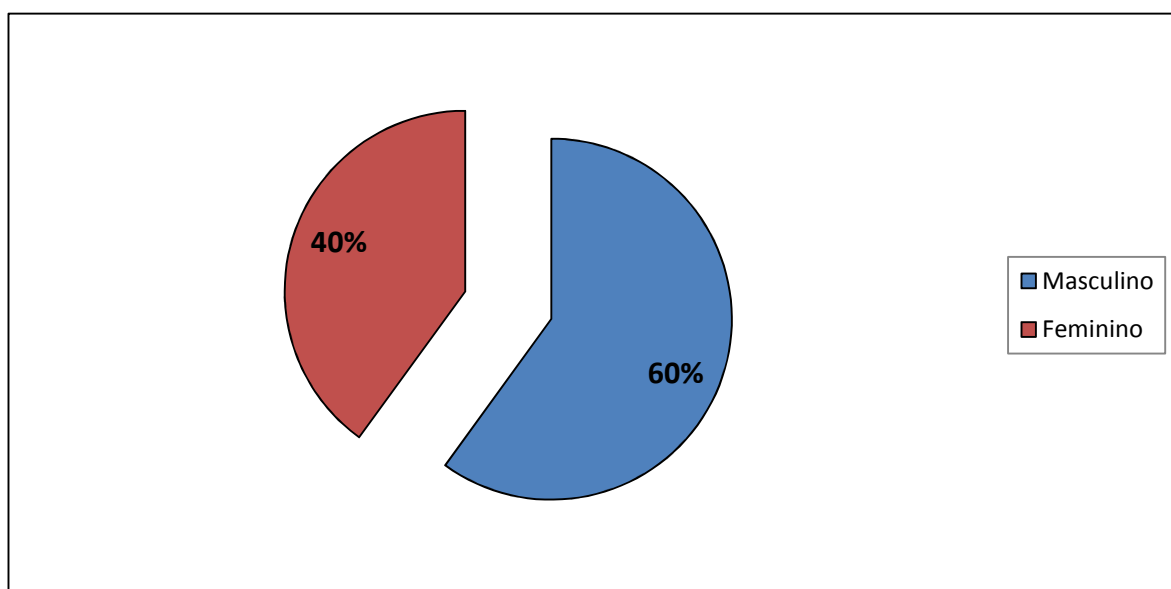
### **3.3.4. A APURAÇÃO DOS RESULTADOS**

#### **3.3.4.1. Dados Socioeconômicos do Estudante**

As perguntas de número (1) a (10) buscaram identificar o aluno quanto a sua condição socioeconômica.

A pergunta (1) refere-se a conhecer o estudante quanto ao gênero.

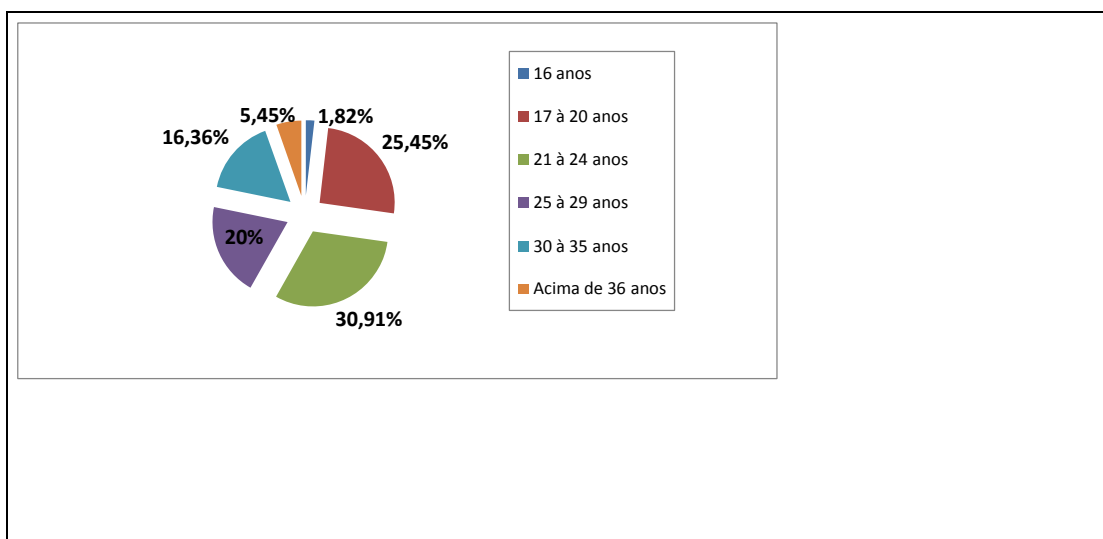
**Gráfico 1 – Diferenciação de gênero do estudante de economia**



Fonte: elaborado pelo autor.

As respostas indicaram uma superioridade do gênero masculino em relação ao feminino, 60% contra 40%.

A pergunta (2) é relacionada à faixa etária dos estudantes.

**Gráfico 2 – Faixa etária dos estudantes de Economia - UESB**

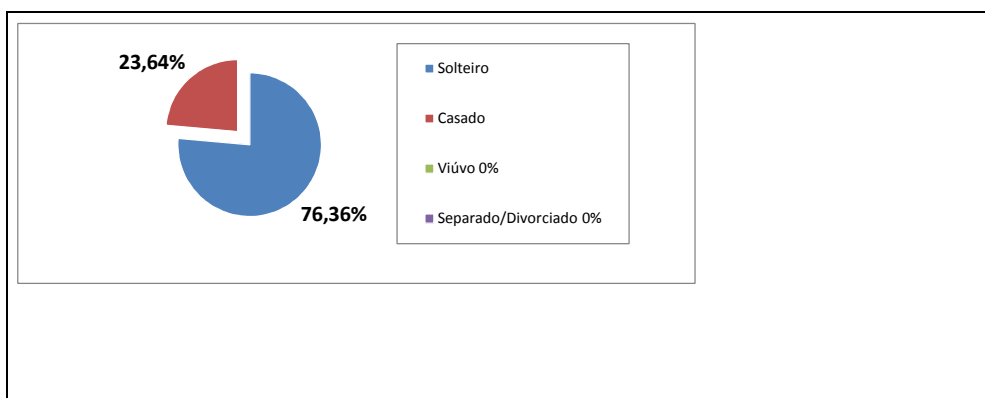
Fonte: elaborado pelo autor.

Os alunos mais jovens, entre 16 e 20 anos representam 27,27%. O percentual maior é de alunos entre 21 e 24 anos de idade (30,91%). Nota-se claramente uma população bastante jovem em busca de conhecimento através do ensino superior. Os alunos até 25 à 29 anos de idade correspondem a um percentual de 20% sobre o total dos alunos pesquisados. Ainda se verifica um percentual de 16,36% de alunos com idade entre 30 e 35 anos e um percentual de 5,45% de alunos com idade acima de 36 anos. O que pode significar uma busca ao conhecimento depois do amadurecimento do ser humano ou uma afirmação e adequação inicial no mercado de trabalho. O percentual de jovens entre 16 e 20 anos sobe ainda mais se considerarmos somente os alunos do 1º e 2º semestres, com (51,85%), o que demonstra que a idade inicial dos alunos no curso de Economia tem predominância nesta faixa etária, a grande diferença entre o I semestre e o restante da pesquisa se dá no período que o aluno já está em curso, cabendo ressaltar que a grande importância se refere à idade inicial do curso, uma vez que o curso tem duração mínima de X semestres (05 anos).

A pesquisa comprova os argumentos de Ehrenberg e Smith (2000), sobre a TCH e a demanda pela educação universitária que inferem quatro possíveis resultados. Dentre estes presumem que a maior parte dos estudantes universitários seja jovem. A pesquisa mostra claramente o que foi pressuposto. Sendo que a maioria dos estudantes do curso de economia é jovem, com 58,18% dos estudantes com idade entre 16 e 24 anos.

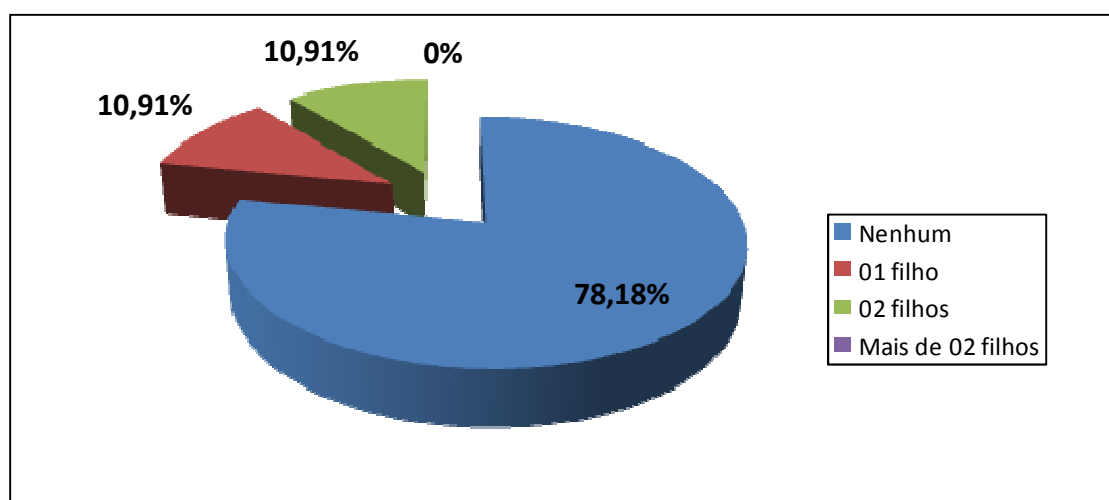
As perguntas de número (3) e (4) referem-se ao estado civil e a ter ou não filhos.

**Gráfico 3- Estado civil dos alunos do curso de economia (%)**



Fonte: elaborado pelo autor.

**Gráfico 4 – Quantidade de filhos, dos alunos de Economia - UESB**

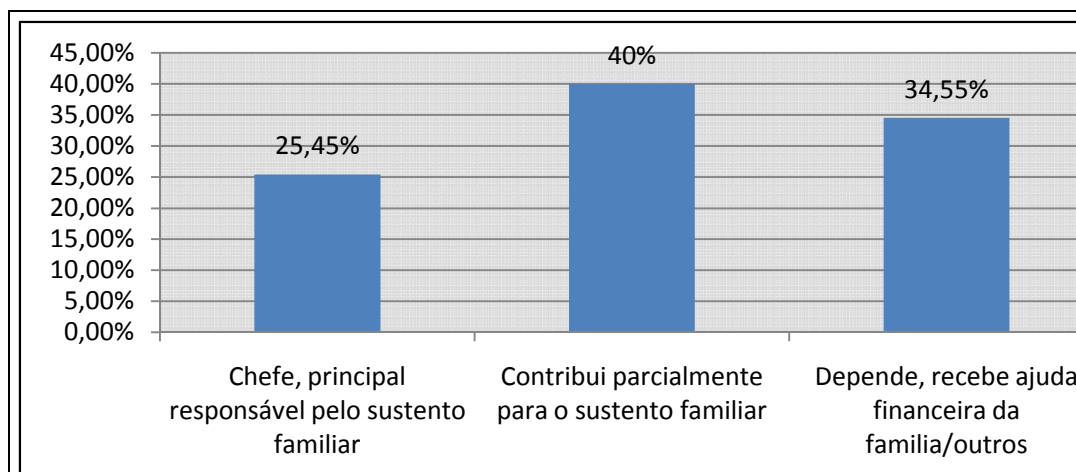


Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto ao estado civil os estudantes em sua maioria (76,36%) são solteiros. Ao analisarmos as respostas da Questão (4), verificamos que (78,18%) não tem filhos. O que nos dá uma relação direta entre estado civil e quantidade de filhos, que vai corroborar a TCH, uma vez que uma maior educação diminui a taxa de natalidade.

Já o Gráfico 5 nos mostra a situação do universitário com a sua família em termos de participação financeira.

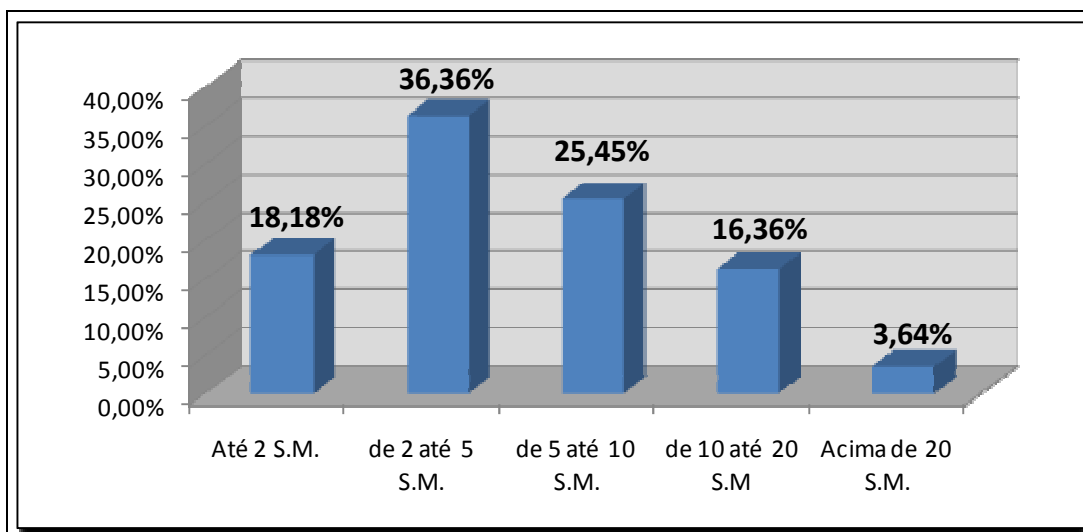
**Gráfico 5 – Situação familiar do estudante (%)**



Fonte: elaborado pelo autor.

Nota-se que a maior parcela dos estudantes (40%) contribui parcialmente para o sustento da família ou outras pessoas. Importante também ressaltar de que (34,55%) dos respondentes dependem financeiramente de suas famílias ou de outras pessoas. Quando analisamos isoladamente o I semestre observamos que o percentual daqueles que contribuem parcialmente para o sustento da família se equivale ao percentual total da pesquisa (40,74%), mas o percentual dos que dependem de ajuda financeira aumenta para (51,85%)

Uma informação bastante relevante é a renda familiar do estudante, que pode ser uma variável muito determinante na influência para a escolha do estudante. A pergunta seguinte faz esta busca.

**Gráfico 6 – Renda familiar do estudante (%)**

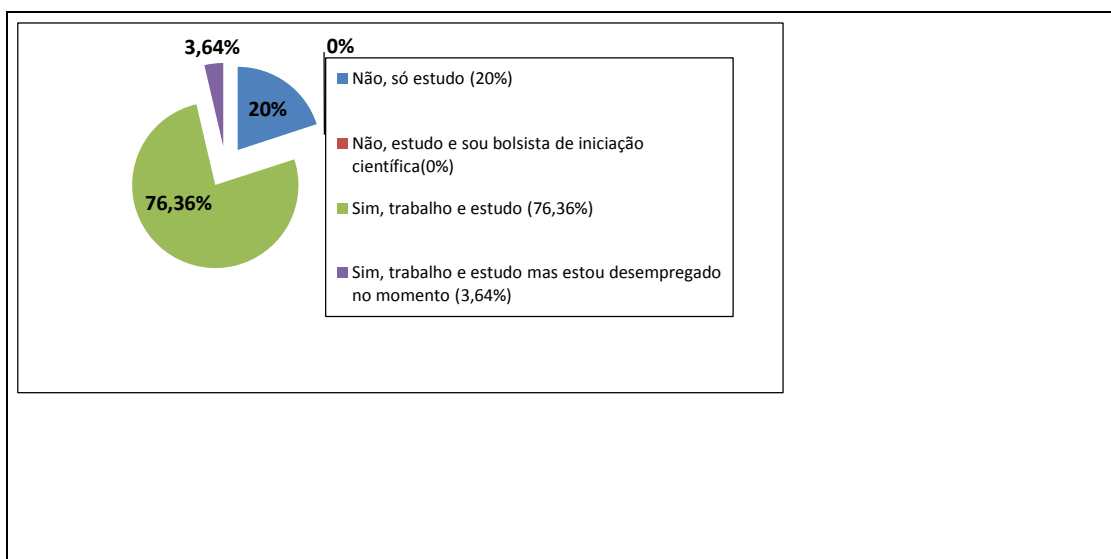
Fonte: Elaborado pelo autor.<sup>5</sup>

Nesta pergunta as respostas mais citadas foram entre 2 e 5 SM com 36,36% entre 5 e 10 SM com 25,45%. O que demonstra que é um curso escolhido em maior parte pela classe média e também nos dá também uma visão da importância da participação do entrevistado na contribuição com o orçamento familiar do gráfico 5,

As questões de números (7) e (8) buscam conhecer o aluno quanto à sua inserção no mercado de trabalho.

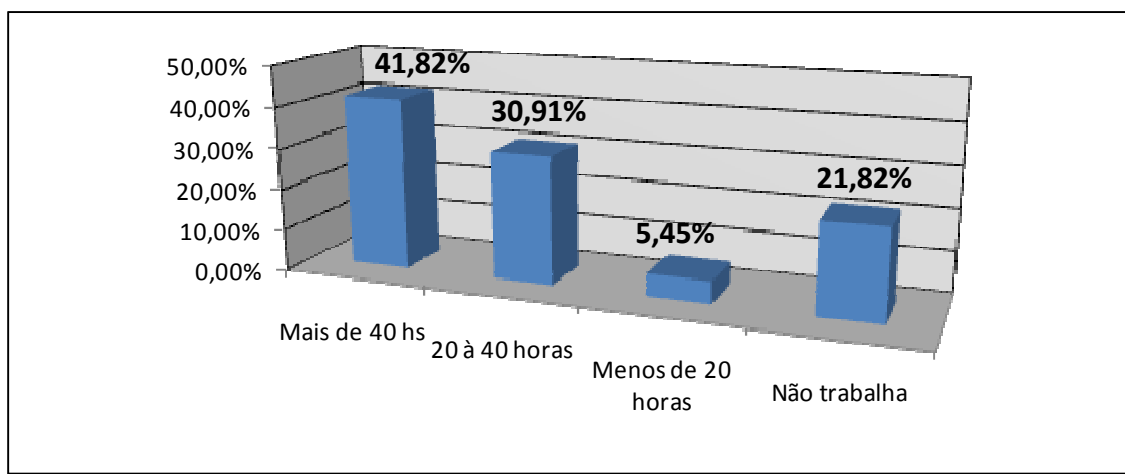
---

<sup>5</sup> De acordo com Medida Provisória nº 421/2008, de 29.02.2008, o salário Mínimo, com vigência a partir de 01/03/2008, tem o valor de R\$ 415,00

**Gráfico 7 – Situação do estudante no mercado de trabalho, se trabalha além de estudar**

Fonte: elaborado pelo autor

Esta questão foi respondida por todos os alunos sendo que se observou que 76,36% dos estudantes do curso de economia trabalham e estudam, esse percentual aumenta ainda mais se consideramos os desempregados que tem um percentual de 3,64%, fazendo com que o percentual dos estudantes que trabalham e estudam aumente para 80%, enquanto o percentual dos estudantes que só estudam e assim dedicam mais tempo para a graduação é de apenas 20%. Além de poder verificar uma relação direta com uma hipótese do trabalho, de que o mercado de trabalho é sinalizador na escolha do curso de graduação, uma vez que a maioria dos entrevistados já se inserem no mercado de trabalho em áreas afins com o curso – financeira, administrativa, etc.

**Gráfico 8 – Jornada de trabalho do estudante (%)**

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesta questão percebe-se um percentual de alunos que não trabalha de 21,82%, que é superior aos 20% da resposta anterior, o que nos cabe o raciocínio de que dentre os 3,64% dos estudantes que responderam estar desempregados no momento, 1,82% respondeu que não tem carga horária de trabalho e outros 1,82% respondeu outra alternativa, se referindo talvez à carga horária de quando este trabalhava. Dentre as respostas sobre a jornada de trabalho deste gráfico observa-se que um grande percentual dos estudantes trabalha mais de 40 horas semanais é de 41,82%, e sendo assim uma grande parte dos estudantes dedicam menos tempo aos estudos e à graduação, um percentual de 30,9% trabalha entre 20 e 40 horas e 5,45% trabalha menos de 20 horas.

*Na Questão (9):* conforme Tabela 1 (abaixo), um percentual de 40,0% cursou o 2º grau integralmente em escola pública. Ainda 9,09% estudaram a maior parte do 2º grau em escola pública. Dos 70 alunos que responderam a questão 40% estudaram integralmente em escola privada e 10,91% cursou a maior parte do 2º grau em escola privada.

**Tabela 1 – Local de período de estudo do aluno no ensino médio (%)**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Integralmente em escola pública	40,00
Maior parte em escola pública	9,09
Integralmente em escola privada	40,00
Maior parte em escola privada	10,91

Fonte: elaborado pelo autor.

A pergunta de número (10) aborda acerca do vestibular.

**Tabela 2 – Frequência de pré-vestibular para os estudantes de economia**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não frequentei	40,00
Sim, pelo período de até 01 ano	45,45
Sim, por um período superior a 01 ano	14,55

Fonte: elaborado pelo autor

Para 60% dos entrevistados foi frequentado um curso pré-vestibular, por até 01 ano ou mais, o que já demonstra um investimento por parte dos alunos – mensalidades do cursinho, livros, apostilas, transportes, etc. - na busca por uma redução dos custos futuros de mensalidade com um curso de graduação.

### **3.3.4.2. O Processo de Escolha no Ensino Superior**

As questões de número (11) até a de número (48) estão relacionadas com o tema central da nossa investigação científica. Buscam nos oferecer respostas para o questionamento que envolveu este trabalho. *Quais são os fatores de decisão para escolher o curso de economia?*

Na questão 11 a grande maioria dos estudantes segundo a pesquisa, com um percentual de 78,18% responderam que estão cursando o ensino superior pela primeira vez,

18,18% alunos já haviam começado, mas abandonaram o antigo curso, 1,82% estão cursando novamente um curso superior depois de concluir o primeiro e 1,82% estão cursando outro curso de ensino superior juntamente com o curso de economia. Conforme Tabela 3.

**Tabela 3 – Quantidade (%) de alunos de Economia que iniciaram outro curso de graduação**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Este é o primeiro	78,18
Iniciou mas abandonou	18,18
Iniciou e já conclui	1,82
Está cursando juntamente com Economia	1,82

Fonte: elaborado pelo autor

Na questão (12) faz a abordagem quanto à época em que o aluno escolheu o seu curso de graduação.

**Tabela 4 – Época de escolha do curso de Economia**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
No 1º grau	1,82%
No ensino médio (2º grau)	14,55%
No último ano do 2º grau	56,36%
Às vésperas da inscrição para o vestibular	18,18%
Outros	9,09%

Fonte: elaborado pelo autor.

Observamos que 74,54% dos entrevistados responderam que a escolha foi feita no último ano do 2º ou nas vésperas do vestibular. Apenas 16,37% dos respondentes fizeram a sua escolha no primeiro grau ou no início do ensino médio, enquanto 9,09% responderam a alternativa como outros, o que aumenta ainda mais as incertezas futuras, haja vista a pouca experiência dos estudantes.

A questão seguinte refere-se ao processo de escolha do curso de graduação.

**Tabela 5 – Dúvida na Escolha entre Cursos**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Por um único curso	30,91%
Entre 02 ou mais cursos de áreas afins	41,82%
Entre 02 ou mais cursos de áreas diferentes	27,27%

Fonte: elaborado pelo autor.

Numa análise inicial o processo de escolha nos pareceu bastante disperso entre as variáveis propostas aos respondentes. Embora uma escolha mais acentuada sobre um único curso, as demais alternativas também foram relevantes na escolha, 69,09% dos entrevistados tiveram dúvidas entre ou mais cursos.

A questão seguinte envolve o fator tempo.

**Tabela 6 – Período entre a conclusão do ensino médio e o início do curso de Economia (%)**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Menos do que 06 meses	27,27%
De 06 meses a 01 ano	30,91%
De 01 a 02 anos	27,27%
De 02 a 05 anos	9,09%
De 05 a 10 anos	5,45%
Mais de 10 anos	0%

Fonte: elaborado pelo autor.

Para 58,18% dos alunos pesquisados o início da graduação se dá até um ano após a conclusão do ensino médio. O que se percebe é uma seqüência de estudos que não foi interrompida pela conclusão do ensino médio. Parte dos respondentes nos oferece o entendimento de que houve a decisão sobre cursar a graduação alguns anos depois da conclusão do ensino médio.

A pergunta (15) está relacionada com a idealização de um curso com a escolha atual.

**Tabela 7 – Quantidade de estudantes que tiveram Economia como primeira opção**

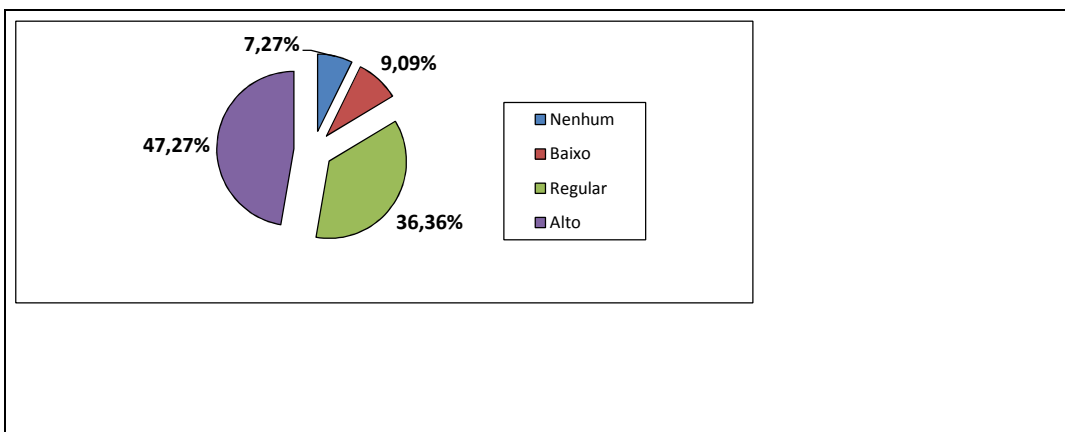
<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Cursa a primeira escolha ou opção	58,18%
Não cursa a primeira escolha	36,36%
Já concluiu a primeira escolha	1,82%
Abandonou a primeira escolha	3,64%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao serem perguntados sobre o curso idealizado e o curso que estão cursando, 58,18 % dos entrevistados responderam que estão cursando a primeira escolha ou opção. Ainda, 36,36% disseram que não, mas que o curso atual está relacionado àquele da primeira escolha, dentre os outros cursos escolhidos se destacam Direito, Administração e também cursos da área de saúde. O entendimento é o de que os estudantes buscam satisfazer as suas pretensões e escolhas.

*Qual o grau de informação que você tinha quando escolheu o curso que está freqüentando?* Esta questão é um enunciado para as três seguintes: questões (16) a (18). As alternativas possíveis para as respostas são as seguintes: Atribua: [0] para nenhum, [1] para baixo, [2] para regular ou satisfatório, [3] para alto.

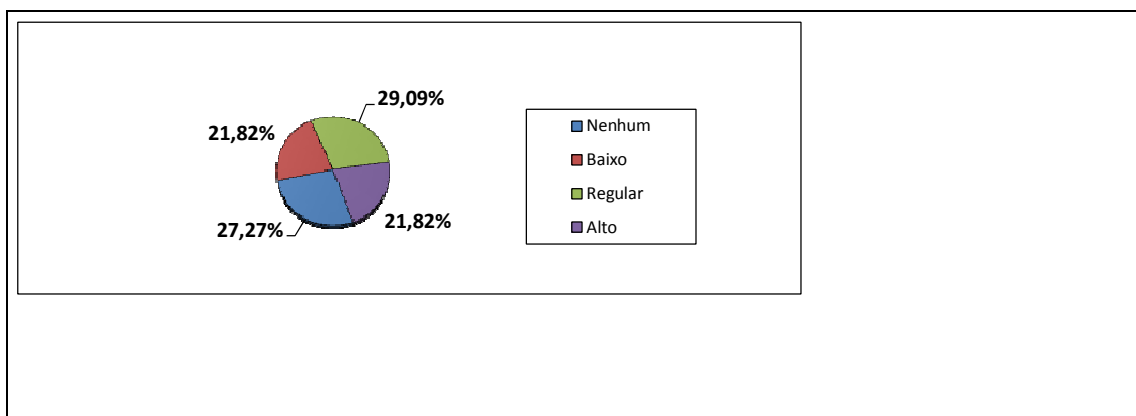
**Gráfico 9 – Informações sobre o Horário de Funcionamento do Curso**



Fonte: elaborado pelo autor.

Há entre os alunos que responderam ao questionário uma preocupação com o horário de funcionamento do curso escolhido. Observando que muitos trabalham é uma informação relevante para a escolha do curso. 83,63% dos entrevistados buscaram ter informações de nível entre regular e alto sobre o horário de funcionamento do curso pretendido.

**Gráfico 10 – Informações sobre o número de disciplinas**

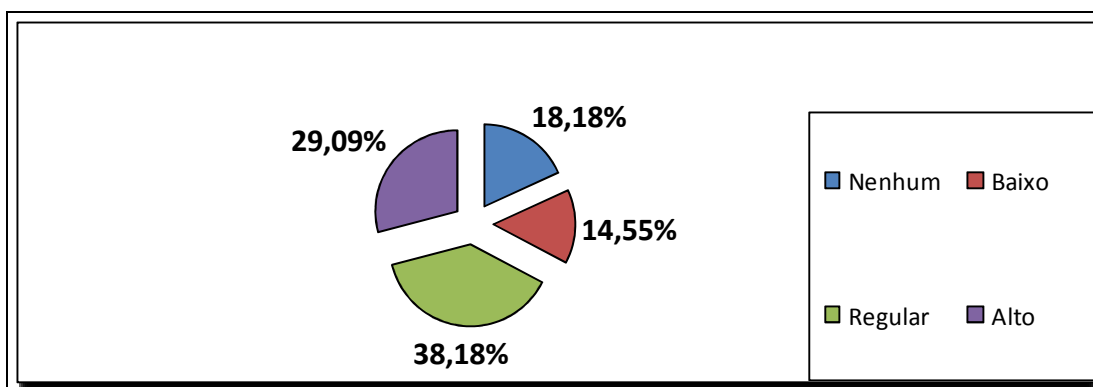


Fonte: elaborado pelo autor

Mais da metade dos entrevistados, responderem com grau de informação entre regular e alto 50,91%, o que denota uma preocupação com o número de disciplinas a cursar, cabe salientar que ainda assim teve um percentual elevado de estudantes com grau de informação sobre as disciplinas entre nenhum e baixo, com um percentual de 49,09%.

Ainda sobre o grau de informação: *Questão (18): Sobre os custos do curso escolhido*

**Gráfico 11 – Informações sobre os custos do curso**



Fonte: elaborado pelo autor

Ao serem questionados sobre os custos do curso superior, 67,27% dos alunos demonstraram que procuraram informar-se de maneira mais clara sobre os mesmos. A preocupação sobre os custos do curso está relacionada com as rendas familiares.

*Qual o grau de informação técnica ou especializada que você obteve sobre o curso atual?* Esta questão é um enunciado para as Questões (19) até a de número (24). (As alternativas possíveis para as respostas são as seguintes: Atribua: [0] para nenhum, [1] para baixo, [2] para regular ou satisfatório, [3] para alto.

**Tabela 8 - Grau de Informação Recebido das Escolas**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Nenhum	54,55
Baixo	20,00
Regular ou satisfatório	23,64
Alto	1,82

Fonte: elaborado pelo autor.

Os dados analisados nos remetem a que pouca ou nenhuma informação técnica ou especializada foi obtida das escolas onde o universitário pesquisado estudou. Para uma parcela significativa dos alunos (54,55%), as informações foram nenhuma, se fosse somado as respostas de nenhum e baixo, o percentual chega à (74,55%).

**Tabela 9 - Grau de Informação das IES**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Nenhum	27,27
Baixo	21,82
Regular ou satisfatório	38,18
Alto	12,73

Fonte: elaborado pelo autor.

As informações técnicas dos respondentes recebidas das IES é bastante superior ao das escolas, apesar de ainda ser muito insatisfatório, 38,18% responderam que obtiveram informação no nível considerado regular e 12,73% no nível alto, com um total de 50,91% com respostas entre regular e alto.

**Tabela 10 – Informações Obtidas dos Meios de Comunicação em Massa**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Nenhum	14,55
Baixo	23,64
Regular ou satisfatório	47,27
Alto	14,55

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesta pergunta observa-se um aumento nas respostas para os níveis regular e alto, com um total de 61,82% de respostas entres estes níveis, com predominância no nível regular com 47,27%, por isso entende-se de que o uso de jornais, rádio e televisão para a busca de informação a respeito de um curso universitário é fortemente utilizado, o que vem a ser dados importantes para o veículo de divulgação do curso de Economia na UESB, na busca de uma maior informação aos pré-vestibulandos sobre este curso.

**Tabela 11 – Grau de Informação Técnica de Amigos e Família**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Nenhum	25,45
Baixo	34,55
Regular ou satisfatório	32,73
Alto	7,27

Fonte: elaborado pelo autor.

Dentre os entrevistados 25,45% responderam que não tiveram nenhuma informação técnica e 34,55% que tiveram um nível de informação baixo, ou seja, 60% dos entrevistados tiveram um nível de informação entre baixo e nenhum do seu circulo social sobre o curso de Economia.

**Tabela 12 – Grau de Informação dos Profissionais da Área do Curso**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Nenhum	36,36
Baixo	20,00
Regular ou satisfatório	32,73
Alto	10,91

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta pergunta 36,36% dos entrevistados não obtiveram nenhum grau de informação técnica sobre o curso, 20% obtiveram um grau de informação baixo, 32,73% um grau de informação regular e apenas 10,91% obtiveram um grau de informação alto. Com a predominância de grau de informação entre baixo e nenhum nos leva a conclusão que os profissionais da área não influenciaram significativamente os alunos deste curso.

**Tabela 13 – Informações de Livros, Revistas, Jornais da Área do Curso**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Nenhum	18,18
Baixo	25,45
Regular ou satisfatório	47,27
Alto	9,09

Fonte: elaborado pelo autor.

Nesta questão observa-se um grau de influencia satisfatório, com um percentual de 47,27% e 9,09% com grau de informação alta, totalizando em 56,36% de estudantes com grau de informação entre regular e alto. Os respondentes se valeram de maneira mais expressiva de livros, revistas ou jornais especializados da área do curso para as informações técnicas a respeito do mesmo.

*Como você avalia a influência de outras pessoas na sua escolha para este curso?* Este enunciado será utilizado para a questão de número (25) à questão de número (31). (As alternativas possíveis para as respostas dos respondentes são as seguintes: Atribua: [0] para

não influenciaram, [1] para influenciaram pouco, [2] para influenciaram e, [3] para influenciaram muito).

**Tabela 14 – Influência de Outras Pessoas na Escolha do Curso (PAIS)**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	60,00
Pouca Influência	23,64
Influenciaram	14,55
Influenciaram muito	1,82

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta é no sentido de verificar a influência dos pais junto aos filhos na escolha do curso superior. Para 60% dos entrevistados os Pais não influenciaram, para 23,64% influenciaram pouco, 14,55% influenciaram e apenas 1,82% influenciaram muito. Os pais influenciaram pouco nesta escolha de seus filhos.

**Tabela 15 – Influência de Irmão(s) ou Cônjuge**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	67,27
Pouca Influência	10,91
Influenciaram	14,55
Influenciaram muito	7,27

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dentre 55 estudantes que responderam o questionário, para 78,18% não houve influencia ou se houve foi pouca na escolha para o curso de Economia. Comparativamente a média anterior pode-se dizer que a influência dos cônjuges e irmãos dos respondentes foi inferior do que a dos pais. Para um público notadamente jovem a experiência dos pais, até mesmo pela dependência financeira explica a influência maior, apesar de ser muito baixa a influencia.

**Tabela 16 – Influência de Avós, tios ou primos**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	74,55
Pouca Influência	12,73
Influenciaram	9,09
Influenciaram muito	3,64

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para 74,55% dos entrevistados não houve influência nenhuma, para 12,73% houve pouca influência, para 9,09% houve influência e para apenas 3,6% houve muita influência, portanto a influência deste grupo de pessoas nas decisões dos pesquisados foi pouquíssima.

**Tabela 17 – Influência de Amigos ou Colegas de Estudo**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	52,73
Pouca Influência	23,64
Influenciaram	10,91
Influenciaram muito	12,73

Fonte: Elaborado pelo autor.

O resultado nos traz a idéia de que este grupo de pessoas pouco influenciou na tomada de decisão ao escolher o curso de economia, apenas 23,64% dos entrevistados sofreram influência entre regular e muito, enquanto 52,73% não sofreram nenhuma influência e 23,64% sofreram pouca influência.

**Tabela 18 – Influência de Superiores ou Parceiros de Trabalho**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	61,82
Pouca Influência	9,09
Influenciaram	18,18
Influenciaram muito	10,91

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para 61,82% dos entrevistados os superiores e ou colegas de trabalho não tiveram nenhuma influência na escolha do curso, para 9,09% tiveram pouca influência, 18,18% influenciaram e para apenas 10,91% tiveram muita influência. Isto significa uma influência pequena de superiores ou parceiros de trabalho na escolha do curso superior dos alunos.

**Tabela 19 – Influência de Economistas com quem você teve contato**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	54,55
Pouca Influência	20
Influenciaram	14,55
Influenciaram muito	10,91

Fonte: elaborado pelo autor.

Para 74,55% do entrevistados os economistas tiveram pouca influência ou nenhuma influência na escolha do curso, podendo afirmar que profissionais da área do curso em que os alunos estão estudando não foram formadores de opinião para os entrevistados, no sentido de influenciar as suas escolhas.

**Tabela 20 – Influência de Professores ou Profissionais das Escolas Frequentadas**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não influenciaram	52,73
Pouca Influência	27,27
Influenciaram	12,73
Influenciaram muito	7,27

Fonte: elaborado pelo autor

O percentual de entrevistados que diz não sofrer influência ou pouca influência dos professores de 2º grau chegou a 80%, contra 20% que disseram ser influenciados ou muito influenciados. Pode-se concluir a partir disso de que a influência desse grupo de pessoas foi muito pequena.

O ponto central da nossa investigação refere-se “*A Escolha do curso de economia: Fatores de Decisão*”. As questões do bloco seguinte visam justamente identificar os principais fatores de decisão desta escolha. Houve uma caracterização inicial através do questionário quanto aos respondentes. Neste bloco fez-se um total de quinze perguntas na tentativa de identificar os fatores mais importantes na escolha do aluno.

*Que importância você atribui aos fatores abaixo relacionados nesta escolha?* Este enunciado será utilizado para a questão de número (32) à questão de número (43). (As alternativas possíveis para as respostas dos respondentes são as seguintes: Atribua: [0] para não importante [1] para pouco importante, [2] para importante e, [3] para muito importante).

**Tabela 21– Importância da Influência de Irmão(s) ou Cônjuge como Fator de Decisão na Escolha do Curso**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	61,82
Pouco importante	20,00
Importante	12,73
Muito Importante	5,45

Fonte: elaborado pelo autor

Para 81,82% dos entrevistados a influência de irmãos e ou cônjuge não foi importante ou foi pouco importante, para 12,73% foi importante e para apenas 5,45% foi muito importante. Isto significa que a influência de irmãos ou cônjuge foi considerada como não importante na escolha de um curso pelos nossos respondentes.

**Tabela 22– Importância da influência dos pais como Fator de Decisão na Escolha**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	49,09
Pouco importante	18,18
Importante	23,46
Muito Importante	9,09

Fonte: elaborado pelo autor

A importância atribuída para a influência dos pais apesar de ser pouco significativa, já é maior que à importância dos irmãos e cônjuge, com 32,75% dos entrevistados atribuindo como importante ou muito importante a influência dos pais na escolha do curso de economia, que pode ser entendida de que a orientação e anseios dos pais dos alunos têm uma determinada importância na escolha do curso e, por conseguinte da profissão do aluno.

**Tabela 23 – Importância atribuída para a facilidade no ingresso, como fator determinante na escolha do curso de economia**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	23,64
Pouco importante	23,64
Importante	41,82
Muito Importante	10,91

Fonte: elaborado pelo autor

Para os entrevistados a facilidade de ingresso no curso tem importância considerável, 23,64% admitiram pouca importância, 41,82% responderam como importante e 10,91% afirmaram ser muito importante a facilidade de ingresso como fator determinante da escolha do curso.

**Tabela 24 - A Possibilidade de Ascensão Financeira como Fator de Decisão**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	14,55
Pouco importante	14,55
Importante	47,27
Muito Importante	23,64

Fonte: elaborado pelo autor

Conforme nossa hipótese, as respostas da maioria dos entrevistados, 70,91 %, admitiu como fator importante ou muito importante a possibilidade de ascensão financeira com a escolha do curso de Economia.

**Tabela 25 – Oportunidades no Mercado de Trabalho**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	12,73
Pouco importante	23,64
Importante	38,18
Muito Importante	25,45

Fonte: elaborado pelo autor

A oportunidade no mercado de trabalho foi bastante evidenciada como fator relevante na escolha de um curso superior. Para 63,63% dos entrevistados, foi atribuída a resposta de fator importante ou muito importante e apenas 12,73% atribuiu resposta como fator não importante, o que comprova nossa hipótese de trabalho. Uma reformulação no curso de Economia que conduza o profissional para o mercado de trabalho, com certeza estará indo de encontro aos anseios destes estudantes.

**Tabela 26 - A Importância do Custo das Mensalidades como Fator de Decisão**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	21,82
Pouco importante	9,09
Importante	27,27
Muito Importante	41,82

Fonte: elaborado pelo autor

Em decorrência de gratuidade escolar e baixos custos, 69,09% dos estudantes afirmaram ser importante ou muito importante como fator na decisão de escolha do curso de economia, o que demonstra a relação direta entre custo e escolha de um curso superior, como estudos de Ehnreberg e Smith (2000) e do próprio Schultz (1973), com a retração da demanda de educação superior com o aumento dos custos. Considera-se muito importante a gratuidade ou baixo custo das mensalidades. A análise das respostas nos leva a perceber que o fator renda pode ser impeditivo para boa parte dos alunos em cursar uma graduação que tenha custos elevados.

**Tabela 27 - A Influência de outros parentes na escolha do curso?**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	67,27
Pouco importante	12,73
Importante	18,18
Muito Importante	1,82

Fonte: elaborado pelo autor

Para 80% dos estudantes não foi importante ou pouco importante a influência de outros parentes na escolha do curso como fator determinante. Acentua a percepção de não ser importante este fator.

**Tabela 28 - Facilidade de Ingresso na IES**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	20
Pouco importante	30,91
Importante	36,36
Muito Importante	12,73

Fonte: elaborado pelo autor

Para 49,09% dos respondentes este fator possui grau de importância entre importante e muito importante como fator determinante na escolha do curso, apenas 20% afirmaram não possuir importância enquanto 30,91% admitiram pouca importância. Não é um fator considerado muito importante na escolha do curso para metade dos entrevistados, ao menos foi a consideração da grande maioria. Embora considerada pouco importante é um fator que sugere uma análise mais detalhada. A facilidade de ingresso em uma IES poderia ser mais bem explorada para trazer um número maior de alunos para a mesma, o que notadamente pode ser um diferencial na escolha do estudante.

**Tabela 29 - A Adequação ao Emprego ou Atividade Atual como Fator de Decisão**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	23,64
Pouco importante	14,55
Importante	41,82
Muito Importante	20,00

Fonte: elaborado pelo autor

Para 61,82% dos entrevistados é um fator importante ou muito importante sendo o mercado de trabalho um objetivo comum a todos os envolvidos no processo de aprendizagem. A atividade profissional exercida pelo estudante notadamente tem importância enquanto fator de decisão para o seu curso superior. Vale lembrar de que esta média seria provavelmente maior se todos os respondentes trabalhassem. Lembramos que na (Q7), apenas 20% dos entrevistados só estudam e não trabalham. Ainda observamos uma dual relação com a relação de muita importância na adequação ao emprego e a baixa influência dos superiores e colegas de trabalho na escolha do curso (ver –tabela 18).

**Tabela 30 – Fator de Decisão: Realização Pessoal, Aptidão ou Vocação para a Profissão**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	18,18
Pouco importante	21,82
Importante	32,73
Muito Importante	27,27

Fonte: elaborado pelo autor

Para 60% dos estudantes este fator teve importância ou muita importância como fator decisivo na escolha do curso de economia. Este fator é de suma importância para a escolha do curso superior pretendido. O que denota a importância dos fatores psicológicos como fator decisivo

**Tabela 31 - A Proximidade da IES com o Trabalho ou Residência**

<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	40
Pouco importante	20
Importante	29,09
Muito Importante	10,91

Fonte: elaborado pelo autor

Para este fator apenas 10,91% dos entrevistados atribuíram muita importância e 29,09% atribuíram importância, enquanto 20% atribuíram como fator pouco importante e 40% como não importante. A análise nos leva a entender de que é pouco importante para o aluno pesquisado a proximidade do seu trabalho ou residência com a IES. Apesar de a distância poder ser determinante no aumento de custos. Empiricamente este fator tem uma maior importância nos grandes centros e capitais, uma vez que um maior tempo no deslocamento até a IES prejudica o andamento dos estudos aos alunos.

**Tabela 32 – A Importância da Qualidade da IES**

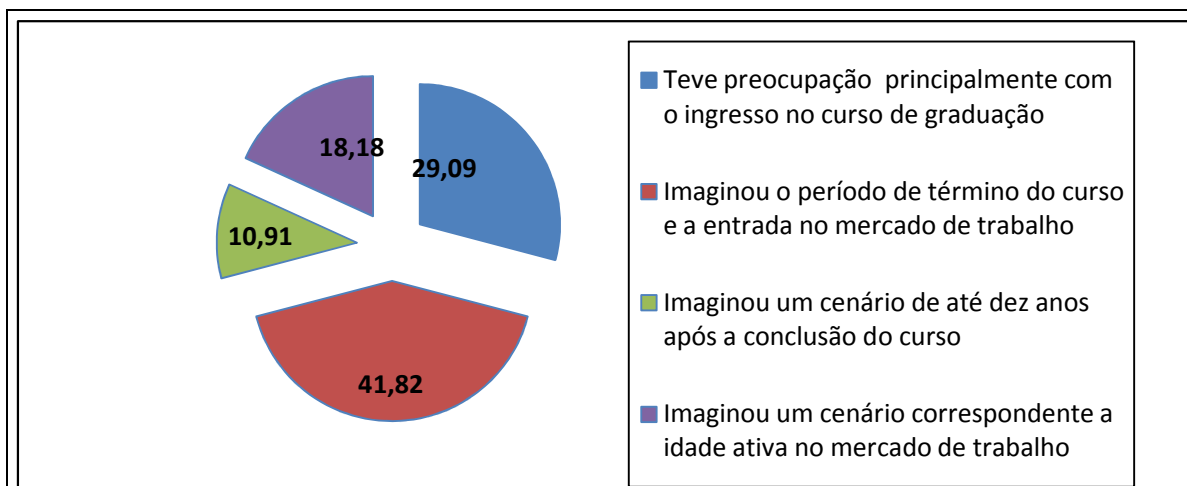
<i>Respostas</i>	<i>%</i>
Não Importante	29,09
Pouco importante	10,91
Importante	43,64
Muito Importante	16,36

Fonte: elaborado pelo autor

A preocupação dos alunos com a instituição onde estudam é bastante observada na análise das respostas a esta questão, para 59,98% dos estudantes é considerando um fator de importante ou muito importante.

As Questões de número (44) a (48) visam colher mais algumas informações e estas voltadas para um momento futuro do estudante. Por já terem efetuado as suas escolhas e no momento de aplicação do questionário estarem vivenciando as mesmas procurou-se ter uma visão quanto aos próximos passos dos estudantes.

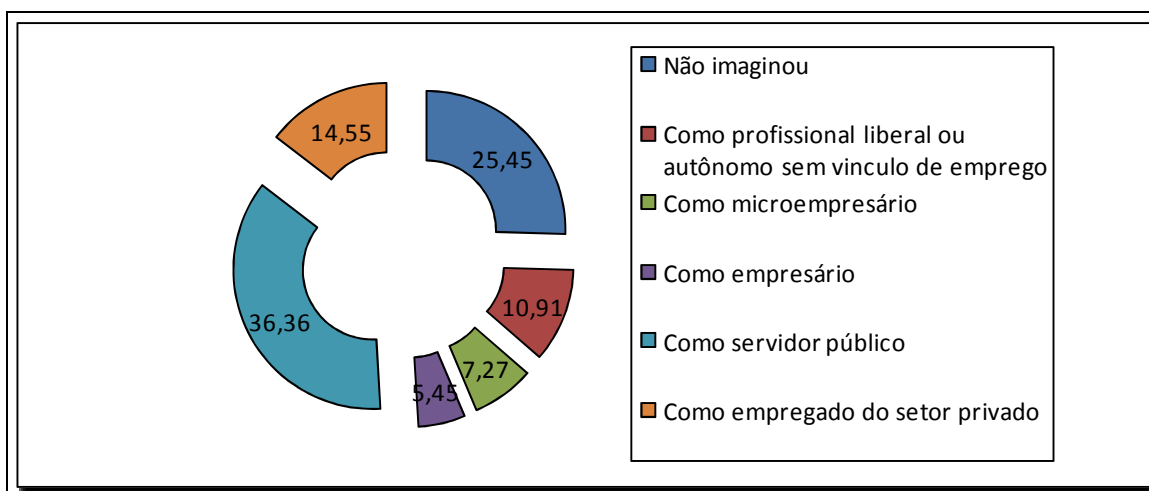
**Gráfico 12 – Previsões de Atuação Futura (%)**



Fonte: elaborado pelo autor.

A resposta de número 2 foi a mais indicada com 41,82% do total dos respondentes. Há uma expectativa com o término do curso e o início da atividade no mercado de trabalho. Uma parcela também significativa dos estudantes 18,18% imagina um cenário de até dez anos após a conclusão do curso, 10,91% imaginou um cenário de até 10 anos após a conclusão, o que denota que a maioria dos entrevistados estão com pensamentos de longo prazo para se beneficiarem depois da conclusão do curso. Para apenas 29,09% dos entrevistados a principal preocupação foi o ingresso no ensino superior.

**Gráfico 13 – Como pretende trabalhar (%)**

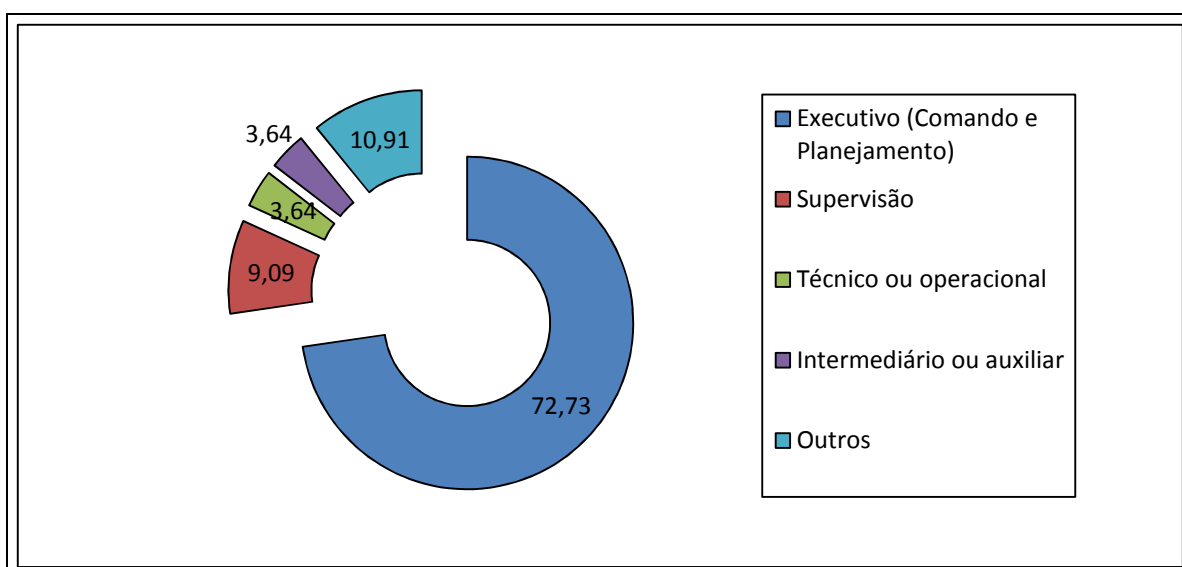


Fonte: Elaborado pelo autor.

Embora a questão sugerisse mais do que uma resposta, optamos por considerar apenas a primeira preferência de cada respondente. Para 36,36% dos alunos pesquisados seu interesse maior é trabalhar como servidor público, e 25,45% não imaginou, aqui se encaixa àqueles estudantes que não tem nenhuma previsão de longo prazo, imaginando só a entrada no ensino superior.

A questão seguinte está relacionada à anterior.

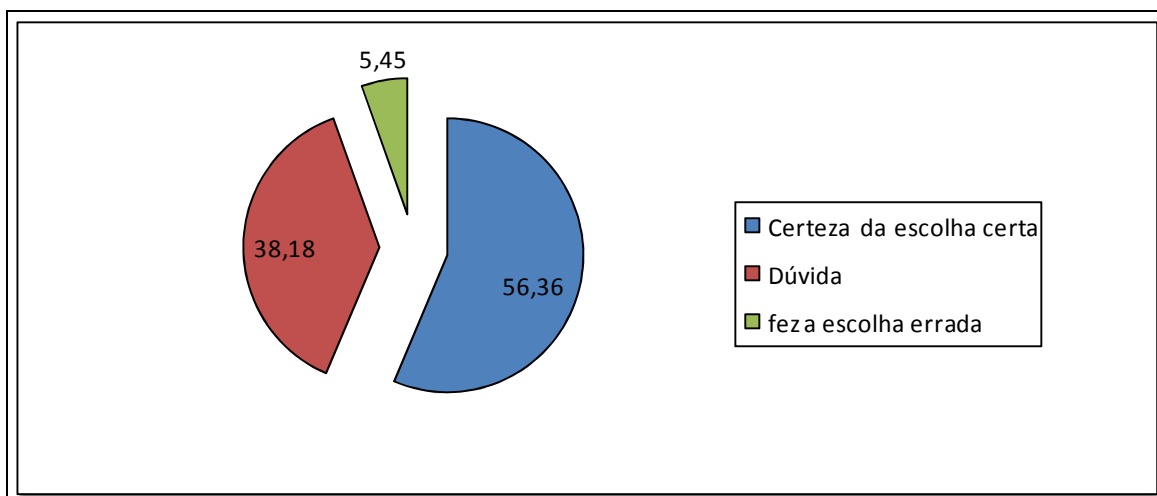
**Gráfico 14 – Qual a função desejada se pretende trabalhar como empregado no setor público ou privado (%)**



Fonte: Elaborado pelo autor.

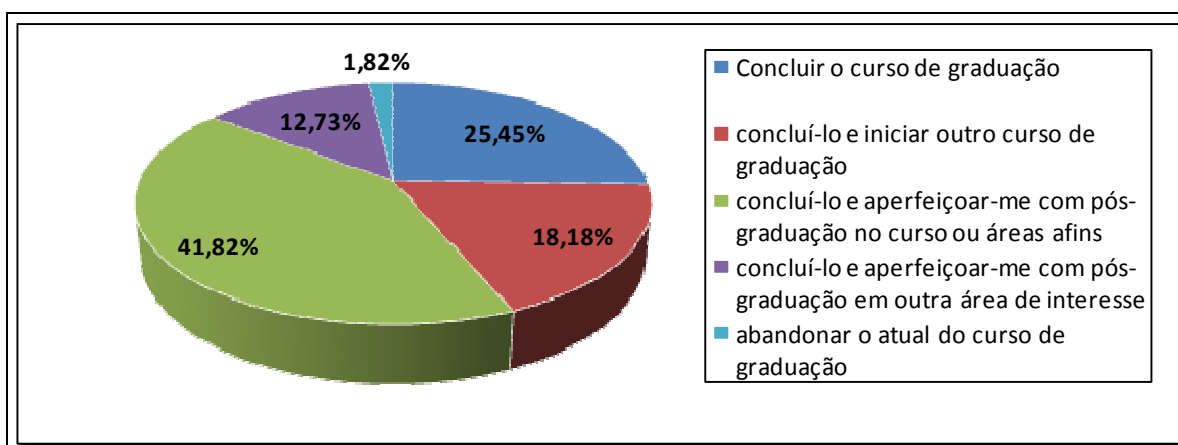
Para a grande maioria 72,73% dos entrevistados a função desejada foi de nível executivo – comando, nota-se o interesse na profissão que o curso escolhido pode proporcionar .

O seguinte Gráfico é referente à satisfação frente ao curso de Economia

**Gráfico 15 - A Certeza ou Não Quanto a Escolha Efetuada (%)**

Fonte: elaborado pelo autor.

Para 56,36% dos estudantes a escolha foi correta, e 38,18% pode ter sido correta, mas não tem certeza, para apenas 5,45% a escolha não foi correta, o que denota um bom grau de satisfação dos alunos frente ao curso de economia. Apesar de a análise sobre o grau de satisfação ter um resultado mais aproximado quando feita com àqueles estudantes que estão em fase final de conclusão do curso, e a pesquisa ter sido direcionada preferencialmente para estudantes de 1º e semestres, estes dados são de grande importância uma vez que a coordenação do curso pode buscar identificar os pontos que geram a insatisfação dos alunos no decorrer do curso.

**Gráfico 24 – Pretensões Futuras (%)**

Fonte: Elaborado pelo autor.

A última questão do questionário envolve uma abordagem quanto ao futuro. Entre os respondentes para a questão, para 25,45% há como objetivos futuros “concluir o atual curso de graduação”, para 41,82% “concluí-lo e aperfeiçoar-se com pós-graduação no curso ou em áreas afins”, 12,73% concluir e aperfeiçoar em outras áreas, 18,18% concluir e iniciar outro curso e para apenas 1,82% foi respondido a alternativa de abandonar trocar de curso. A conclusão que se pode chegar por esta questão é a de que a escolha foi acertada e os estudantes pretendem seguir o curso em que estão<sup>6</sup>.

Finalizamos, assim, a coleta de dados junto aos estudantes e passaremos as considerações finais que podem ser obtidas com base no que foi visto neste capítulo.

---

<sup>6</sup> Aqui não se inserem aqueles alunos que já desistiram do curso e não responderam ao questionário.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta monografia é identificar os principais fatores de decisão de escolha do curso superior, com um estudo de caso do curso de economia na UESB. Busca-se definir o grau de importância de cada fator a partir de uma análise dos estudantes matriculados neste curso preferencialmente os regulares visando identificar os aspectos socioeconômicos relevantes em relação às escolhas feitas tomando por base a teoria do capital humano e analisar o grau de satisfação destes alunos quanto à escolha do curso de economia.

As hipóteses apóiam-se na concepção dos limites do comportamento racional, no direcionamento do mercado de trabalho como determinante da escolha e a influência familiar nesta decisão, além de também relacionar o grau de informação dos estudantes frente à escolha do curso de economia. Por outro lado, presumimos que os estudantes tem uma visão de curto prazo associada há um possível retorno imediato de seu investimento e na sua condição de ser jovem.

Foram feitas 48 perguntas na abordagem específica deste tema. A questão inicial referiu-se ao fato de o estudante ter cursado outro curso superior, para 78,18% dos entrevistados, o curso de Economia é o primeiro curso de graduação. Na segunda questão deste bloco, observa-se que 74,54% dos estudantes decidiram pelo curso de Economia, no último ano do ensino médio ou às vésperas do exame de vestibular. Entende-se que o estudante realiza a escolha neste momento haja vista o alto grau de incerteza e dúvidas que os cercam, e por neste período já está inserido no mercado de trabalho, buscando ter uma maior lucidez na escolha.

Outro fator abordado foi o período em que o estudante conclui o ensino médio e inicia o curso de graduação. Para 58,18% dos entrevistados o tempo foi entre 06 meses a 01 ano, entre a conclusão e o início do curso de Economia. Nota-se que há uma continuidade na vida estudantil de mais da metade dos estudantes, embora 5,45% dos entrevistados esperaram mais de 10 anos. O que deve significar que para estes estudantes houve outras prioridades. Deve entender a partir deste questionamento que o estudante busca um aprimoramento contínuo a partir das necessidades do mercado de trabalho.

No questionamento sobre o grau de informações do horário de funcionamento do curso, sobre o número de disciplinas e sobre os custos do curso de economia, observamos que um grande percentual dos estudantes se informaram muito acerca do curso de graduação. Para 50,91% dos entrevistados o grau de informação sobre o número de disciplinas foi regular ou alto. Para 67,27% dos alunos o grau de informação sobre os custos do curso foi alto ou regular. Esses percentuais corroboram a hipótese H3, uma vez do grau de informação do estudante na época da escolha se situar na maioria entre alto ou regular. Outro fator que teve grau de informação elevado foi referente ao horário de funcionamento do curso, para 83,63% dos estudantes foi alto ou regular, o que entende-se que este foi um fator importante na escolha do curso que pode ser um fator movido pelo curso ser noturno e o estudante já está no mercado de trabalho no horário diurno, o que pode ajudar na comprovação da hipótese H1, de o mercado de trabalho ser sinalizador na escolha do curso.

Ao chegarmos neste ponto da investigação e podermos elencar os principais fatores de decisão na escolha do curso de economia, ou seja: **a) Possibilidade de ascensão financeira, b) Menores custos, e c) Adequação ao emprego,** pode-se contribuir para os interessados e a comunidade acadêmica de forma geral, trazendo o questionamento inicial e oferecendo uma visão mais esclarecedora sobre o tema. A busca por uma ascensão financeira e menores custos corrobora a TCH, que apregoa que investimentos em educação trazem retornos futuros através de qualificação pessoal. A adequação ao emprego demonstra o atual cenário econômico mundial de maior competição entre as empresas o que exige cada vez mais profissionais qualificados e de maior produtividade, que também está nos pilares da TCH.

Para analisarmos a expectativa de futuro dos estudantes foram colocadas 5 questões. Quando questionados sobre se faziam previsões ou imaginavam a atuação futura em referência ao curso de economia, 29,09% dos estudantes não imaginam e a preocupação central foi o ingresso na IES e 41,82% imaginando o término do curso e a inserção do mercado de trabalho, o que nega outra hipótese do trabalho, sendo que para 70,91% dos estudantes entrevistados, há uma visão de longo prazo na escolha do curso de economia.

Como conclusão aceita-se as hipóteses H1 e H3 sendo que os estudantes consideram como importantes em suas escolhas, a entrada e adequação no mercado de trabalho, com

perspectiva de ascensão financeira e que eles procuraram se informar acerca do curso de economia.

Confirmando os pensamentos de Ehrenberg e Smith, o estudante age com pensamento no longo prazo, buscando auferir os benefícios futuros com o curso de graduação, dentre eles: adequação ao emprego; melhores cargos; maiores salários, etc. E ainda segundo eles apesar de os estudantes buscarem benefícios imediatos no curto prazo e também por estes possuírem capacidades racionais limitadas o que conseqüentemente aumentam as incertezas de cálculos de retornos futuros, rejeita-se então a hipótese H2 uma vez que a maioria dos entrevistados buscam uma ascensão financeira com 72,73% dos entrevistados buscando no futuro cargos de executivo. Quando se refere às previsões feitas dos alunos entrevistados, 70,91% se imaginam no futuro, com a idade ativa no mercado de trabalho, período de conclusão no curso ou um período de até dez anos após a conclusão, o que nos faz chegar à conclusão que a maioria dos estudantes do curso de Economia na Uesb, tomaram a decisão baseada no longo prazo.

## **LISTA DE SIGLAS**

UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

MEC – Ministério de Educação Cultura e Desporto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

SM – Salário(s) Mínimo(s)

TCH – Teoria do Capital Humano

SES – sistema de ensino superior

## ANEXO I

### Variáveis Designadas a Caracterizar o Universitário e sua Condição Socioeconômica

*Sexo (Q1).* Variável que nos leva a buscar possíveis diferenças na relação entre as escolhas em relação do estudante.

*Idade (Q2).* Esta variável é para identificar diferenças nos padrões comportamentais, em relação com as faixas etária e experiência de vida. A TCH defende que os mais jovens, por investirem mais cedo e por terem mais tempo de vida teriam um tempo maior para os retornos de seus investimentos em educação, visto a permanência maior no mercado de trabalho.

*Estado civil e filhos (Q3 e Q4).* Estas variáveis são bastante convencionais e trazem a uma complementação quanto a identificação do universitário. Está associada às variáveis idade e situação na família.

*Situação na família (Q5).* Com essa variável pretende-se identificar o papel desempenhado pelo universitário junto à família.

*Renda (Q6).* Essa variável busca classificar por faixas de salários mínimos (SM), onde se pode verificar a situação socioeconômica do estudante, e sua relação com a base familiar. Além disso, a sua condição no mercado de trabalho (se apenas estuda, se além de estudar também trabalha ou se estuda e trabalha, mas está desempregado). Com o estudo desta variável pode-se observar a atitude do estudante com a graduação. Com uma renda familiar alta poderá dedicar tempo exclusivo para estudos, com a necessidade de trabalhar é possível que reduza o tempo de dedicação. Alguns dados complementares estão inseridos no questionário em caso do universitário trabalhar

*Situação de trabalho (Q7),* esta variável é de suma importância para identificar se o estudante dedica tempo integral aos estudos ou se trabalha.

*Jornada* (horas trabalhadas por semana) (Q8), aqui se observa ainda mais o fator de redução da dedicação com o aumento da carga horária de trabalho semanal.

*Estudos de 2º grau* (Q9). Ao analisarmos os estudos de 2º grau dos estudantes pretendemos conhecer a sua trajetória estudantil relacionada a ser em escola pública ou privada. Ao conhecermos essa situação faremos uma correlação com a renda e a situação na unidade familiar.

*Pré-vestibular* (Q10). Se o aluno fez uma preparação para o vestibular. O pré-vestibular já pode ser considerado como uma forma de investimento, na relação de diminuição de custos futuros com o ingresso em uma IES pública.

### **Variáveis Designadas à Caracterização do Processo de Escolha**

*Início de outro curso superior* (Q11).

*Escolha no tempo* (Q12). Aqui busca-se identificar em qual momento os estudantes tomaram a decisão de escolha pelo curso de economia. A idéia que permeia a nossa busca é a de que alguns estudantes já pensam sobre a graduação por ocasião das séries iniciais da escola, ainda no primeiro grau. Já outros tomam esta decisão no último momento, um dos pontos bordados sobre a sinalização do mercado de trabalho como fator determinante na escolha, seja pra conseguir um emprego de nível melhor ou para adequar-se ao trabalho.

*Dúvidas e incerteza* (Q13). No momento de escolher o seu curso de graduação o estudante poderá estar frente a uma série de dúvidas ou incertezas, ante a um determinado grau de informações consideradas como limitadas. Quanto maior o grau de incerteza maior o numero de cursos que o estudante ficará na dúvida de optar.

*Início da graduação* (Q14). É o período compreendido entre o término do segundo grau e o início do curso de graduação, uma vez que muitos estudantes primeiro se inserem no mercado de trabalho para depois buscar uma melhor graduação. Essa variável deve fornecer subsídios para verificar a diferença de escolha entre os mais jovens e os mais adultos.

*O curso escolhido versus o curso idealizado (Q15).* Aqui se pretende verificar se o curso que o estudante escolheu é o curso que está atualmente freqüentando. Poderá ainda se fazer a comparação entre a melhor escolha e as escolhas de segunda opção. Poderemos também verificar se o curso de primeira opção foi concluído. Ou do estudante ter percebido que a sua escolha não está relacionada com a primeira escolha.

*O processo de busca da informação (Q16 a Q18).* Como a pergunta é subjetiva se pretende avaliar o grau de informações que o aluno tem do curso que freqüenta (totalmente desinformado, informação superficial, ou um vasto conhecimento).

*Uma segunda pergunta (Q19 a Q24)* é feita para verificar o grau de informação técnica ou especializada que o aluno obteve sobre o curso. Os pesos ordinais (nenhum, baixo, regular ou satisfatório, alto), buscam assimilar o grau de informação do aluno, ante as suas prováveis fontes: família/amigos, escolas, instituições de ensino superior, livros, revistas ou jornais especializados da área, os profissionais habilitados na área ou no curso, dos meios de comunicação em massa ou dos sistemas de busca da internet.

*Influência das diferentes pessoas na sua escolha (Q25 a Q31).* As escolhas podem estar relacionadas com influências de outras pessoas. A psicologia econômica é referencial para esta análise. Trazer à tona essas influências é o papel da pergunta: como você avalia a influência de outras pessoas na sua escolha para este curso? Para a resposta sugerem-se graus de influência (não influenciaram, influenciaram pouco, influenciaram e influenciaram muito). Possíveis respostas para diferentes grupos de pessoas que participam do cotidiano dos entrevistados que assim foram expostos: pais, irmão(s) ou cônjuge; avós, tios ou primos; amigos ou colegas de estudo; superiores ou parceiros de trabalho; profissionais da área ou do curso com quem você teve ou tem contato e professores ou profissionais das instituições de ensino que freqüentou.

*Influência dos diferentes fatores na sua escolha (Q32 a Q43).* Igualmente tenta-se aprofundar o conhecimento a respeito da influência em sua escolha de diferentes fatores com graus de importância (importante, pouco importante, importante, muito importante) que o pesquisado

considera a respeito das prováveis circunstâncias: a influência do(s) irmão(s) ou cônjuge; a orientação e os anseios de seus pais; a facilidade para o ingresso no curso; a possibilidade de ascensão financeira; as oportunidades no mercado de trabalho; a gratuidade ou baixo custo das mensalidades; a influência de outros familiares, como avós, tios e primos; a facilidade de ingresso nesta instituição; o estímulo dos professores ou profissionais de ensino nos locais onde estudou; a adequação ao emprego, atividades ou função que exerce na atualidade; realização pessoal, aptidão e vocação para esse curso ou profissão; o resultado da orientação ou teste vocacional; a proximidade da Instituição ao seu trabalho ou residência; a indicação de amigos ou colegas de estudo que também estavam em processo de escolha e a qualidade e prestígio da instituição de ensino superior que está oferecendo o curso.

*A imaginação e o futuro (Q44).* Embora que no início de seu curso o universitário pode estar imaginando a sua atuação no mercado de trabalho, enquanto profissional formado. Apresentam-se para análise quatro possibilidades. Uma voltada para o momento atual onde o universitário não demonstrou preocupação para com o futuro. A segunda de curto prazo, uma terceira de médio prazo e uma quarta onde o universitário vislumbra um cenário de atuação no mercado de trabalho a longo prazo. Fica formalizada aqui a contribuição da TCH onde busca do aluno a percepção do investimento com retorno em rendimentos futuros mais elevados. Esta questão também está relacionada com uma das hipóteses deste trabalho onde o estudante decide com uma visão de curto prazo.

*Prática da formação (Q45 e Q46).* Ainda que o universitário esteja preparando-se para um mercado de trabalho formal, deve o mesmo ter a consciência de que as diversas imperfeições de mercado existem. Além disso, as diversas possibilidades de estar atuando em uma profissão: como profissional liberal ou autônomo sem vínculo empregatício; como microempresário; como empresário; como servidor público, além da possibilidade de ser empregado do setor privado. São questionamentos para buscar as informações que se complementam com a de verificar se ele (profissional) imagina desempenhar funções de comando, supervisão, operacionalização, intermediação, ou de auxílio caso estiver empregado. Este quesito vislumbra a noção do universitário quanto ao futuro no seu mundo de trabalho.

*Escolha correta (certeza) (Q47 e Q48).* O questionamento nesse item é para averiguar sobre o grau de certeza ou incerteza ante a escolha feita. Pede-se se ele (universitário) acredita que fez a escolha certa, se está em dúvida ou se não fez a escolha correta. Numa segunda pergunta, busca-se um complemento para a resposta dada. Se o universitário pretende; concluir o curso, concluir e iniciar outro, concluir e aperfeiçoar-se com pós-graduação na área, trocar de curso e aproveitar os créditos ou simplesmente abandonar o curso.

## ANEXO II

### QUESTIONÁRIO

#### I - DADOS SOCIOECONÔMICOS DO ESTUDANTE

1) SEXO: ( ) Feminino ( ) Masculino

2) IDADE: \_\_\_\_\_(anos)

3) ESTADO CIVIL: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Viúvo ( ) Separado ou Divorciado

4) Você tem filhos? ( ) Não tenho ( ) Um filho ( ) Dois filhos ( ) Mais de dois filhos

5) QUAL A SUA SITUAÇÃO NA UNIDADE FAMILIAR EM QUE VOCÊ VIVE OU RESIDE?

( ) Chefe, é o principal responsável pelo seu sustento ou de outras pessoas

( ) Contribui parcialmente para o sustento da família ou de outras pessoas

( ) Dependente, recebe ajuda financeira da família ou de outras pessoas

6) QUAL A RENDA MENSAL BRUTA TOTAL NA UNIDADE FAMILIAR?

( ) até R\$ 830,00 ( até 2 salários-mínimos) ( ) de R\$ 831,00 a R\$ 2.000,00 (+ de 2 a 5 s.m.) ( ) de R\$ 2.001,00 a R\$ 4.500,00 (+ de 5 a 10 s.m.) ( ) de R\$ 4.501,00 a R\$ 8.500,00 (+ de 10 a 20 s.m.) ( ) acima de R\$ 8.501,00 (acima de 20 s.m.)

7) VOCÊ TRABALHA, ALÉM DE ESTUDAR?

( ) Não, só estudo ( ) Não, estudo e sou bolsista de iniciação científica

( ) Sim, trabalho e estudo ( ) Sim, trabalho e estudo, mas estou desempregado no momento

8) QUAL A SUA JORNADA? (Horas/semana)

( ) Mais de 40 hs ( ) 20 à 40hs ( ) Menos de 20 hs

9) ONDE VOCÊ REALIZOU SEUS ESTUDOS DE ENSINO MÉDIO OU DE 2º GRAU?

( ) integralmente em escola pública ( ) maior parte em escola pública

( ) integralmente em escola privada ( ) maior parte em escola privada

10) VOCÊ FREQUENTOU CURSO PRÉ -VESTIBULAR?

( ) Não frequentei ( ) Sim, pelo período de até um ano ( ) Sim, por um período superior a um ano

## II - O PROCESSO DE ESCOLHA

11) VOCÊ JÁ INICIOU OUTRO CURSO SUPERIOR?

não, este é o primeiro  sim, mas abandonei  sim, mas já concluí  sim, estou cursando juntamente com o atual

12) QUANDO VOCÊ ESCOLHEU O CURSO SUPERIOR OU A GRADUAÇÃO QUE GOSTARIA DE CURSAR?

no primeiro grau  no início do Ensino Médio (ou 2º Grau)  no último ano do Ensino Médio (ou 2º Grau)  às vésperas da inscrição no concurso vestibular

13) NESSE PROCESSO DE ESCOLHA, VOCÊ DECIDIU:

por um único curso  entre dois ou mais cursos de áreas afins  entre dois ou mais cursos de áreas completamente diferentes

14) DEPOIS DE CONCLUIR O ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU, QUANTO TEMPO LEVOU PARA VOCÊ INICIAR O CURSO DE GRADUAÇÃO?

menos do que 6 meses  de 6 meses a 1 ano  de 1 a 2 anos  de 2 a 5 anos de 5 a 10 anos  mais de 10 anos

15) O CURSO DE ECONOMIA FOI A PRIMEIRA OPÇÃO ?

sim, estou cursando a minha primeira escolha ou opção  
 não, o curso atual não está relacionado àquele da minha primeira escolha  
 não, mas eu já concluí o curso que eu havia escolhido  
 não, mas eu já iniciei o curso que eu havia escolhido e o abandonei, SE NÃO, qual o 1 escolhido?

QUAL O GRAU DE INFORMAÇÃO QUE VOCÊ TINHA QUANDO ESCOLHEU O CURSO DE ECONOMIA? Em cada alternativa abaixo, atribua: [0] para nenhum, [1] para baixo, [2] para regular ou satisfatório, [3] para alto.

16) Sobre o horário de funcionamento [\_\_\_] 18) Sobre os custos do curso escolhido [\_\_\_]

17) Sobre o número de disciplinas que iria cursar [\_\_\_]

QUAL O GRAU DE INFORMAÇÃO TÉCNICA OU ESPECIALIZADA QUE VOCÊ OBTEVE SOBRE O CURSO DE ECONOMIA? Em cada alternativa abaixo, atribua: [0] para nenhum, [1] para baixo, [2] para regular ou satisfatório, [3] para alto.

19) Das escolas onde você estudou [\_\_\_] 20) Das instituições de ensino superior [\_\_\_]

21) De meios de comunicação de massa [\_\_\_] 22) Do seu círculo social (família e/ou amigos) [\_\_\_]

23) De profissionais habilitados no curso QUE JÁ ATUAM [\_\_\_]

24) De livros, revistas ou jornais especializados na área ou no curso [\_\_\_]

COMO VOCÊ AVALIA A INFLUÊNCIA DE OUTRAS PESSOAS NA SUA ESCOLHA PARA ESTE CURSO?

Atribua: [0] para não influenciaram, [1] para influenciaram pouco, [2] para influenciaram e [3] para influenciaram muito.

25) Pais [\_\_\_] 26) Irmão(s) ou cônjuge [\_\_\_] 27) Avós, tios ou primos [\_\_\_]

28) Amigos ou colegas de estudo [\_\_\_] 29) Superiores ou parceiros de trabalho [\_\_\_]

30) Profissionais da área ou do curso com quem você teve ou tem contato [\_\_\_]

31) Professores ou profissionais das instituições de ensino que você frequentou [\_\_\_]

QUE IMPORTÂNCIA VOCÊ ATRIBUI AOS FATORES ABAIXO RELACIONADOS NESTA ESCOLHA?

Atribua [0] para não importante, [1] para pouco importante, [2] para importante e [3] para muito importante.

32) Influência de irmão(s) ou cônjuge [\_\_\_] 33) Orientação e anseios de seus pais [\_\_\_]

34) Facilidade para o ingresso no curso [\_\_\_] 35) Possibilidade de ascensão financeira [\_\_\_]

36) Oportunidades no mercado de trabalho [\_\_\_] 37) Gratuidade ou baixo custo das mensalidades [\_\_\_]

38) Influência de outros familiares, como avós, tios e primos [\_\_\_]

39) Facilidade para o ingresso na instituição de ensino superior [\_\_\_]

40) Adequação ao emprego, atividade ou função que exerce atualmente [\_\_\_]

41) Realização pessoal, aptidão e vocação para esse curso ou profissão [\_\_\_]

42) Proximidade da instituição de ensino superior ao trabalho ou à residência [\_\_\_]

43) Qualidade e prestígio da instituição de ensino superior que está oferecendo o curso [\_\_\_]

44) VOCÊ FEZ PREVISÕES OU IMAGINOU A SUA ATUAÇÃO FUTURA COM O CURSO QUE ESTÁ FREQUENTANDO?

( ) Não, minha preocupação foi principalmente com o meu ingresso no curso de graduação

( ) Sim, imaginando o período de término do mesmo e minha entrada no mercado de trabalho

( ) Sim, imaginando um cenário de até dez anos após a conclusão do mesmo

( ) Sim, imaginando um cenário correspondente a minha idade ativa no mercado de trabalho

45) DE QUE FORMA VOCÊ IMAGINOU COLOCAR EM PRÁTICA A SUA FORMAÇÃO SUPERIOR?

(Se pensou em mais do que uma, enumere da principal para a(s) secundária(s): 1,2,...n)

( ) não imaginei ( ) como profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego  
 como microempresário( ) como empresário( ) como servidor público( ) como empregado  
 do setor privado

46) Se imaginou trabalhar como empregado (tanto no setor público como no setor privado):(Assinale apenas uma alternativa)

( ) em cargo ou função de nível executivo (comando e planejamento)

( ) em cargo ou função de nível de supervisão ( ) em cargo ou função de nível técnico ou operacional ( ) em cargo ou função de nível intermediário ou auxiliar

47) CONSIDERANDO A EXPERIÊNCIA QUE VOCÊ OBTIVE DESDE O PERÍODO DA DECISÃO E DO INGRESSO NO ATUAL CURSO DE GRADUAÇÃO ATÉ O PRESENTE MOMENTO, ACREDITA QUE FEZ A ESCOLHA CORRETA?

( ) Sim, com certeza ( ) Talvez, ainda sem certeza ( ) Não

48) E POR ESSE MOTIVO PRETENDE:

( ) concluir o curso de graduação ( ) concluí-lo e iniciar outro curso de graduação

( ) concluí-lo e aperfeiçoar-me com pós -graduação no curso ou em áreas afins

( ) concluí-lo e aperfeiçoar-me com pós -graduação em outra área de interesse

( ) abandonar o atual curso de graduação

Nome (optativo): \_\_\_\_\_

Local e data:

Vitória da Conquista , \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Maria F. **O assalto à educação pelos economistas**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1. O assalto à educação pelos economistas, pp. 163-178. São Paulo, 2008.

BARTALOTTI, Otávio; Naércio Menezes-Filho. **A relação entre o desempenho da carreira no mercado de trabalho e a escolha profissional dos jovens**.

BRITTO, Elissandra; Joseanie Mendonça e Paulo Henrique de Almeida. **Expansão do ensino superior e desenvolvimento da Bahia**. Serviços Estratégicos na Região Metropolitana de Salvador. Salvador (BA): Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004, v., p. 81-92.

CARDOSO, Fernanda dos Reis. **Tese de Mestrado: Educação superior e crescimento econômico** – UFRS - Porto Alegre, 2006.

COLOSSI, Nelson, Aldo Consentino, Ety Guerra de Queiroz. **Mudanças no contexto do ensino superior no Brasil: uma tendência ao ensino colaborativo**. Rev. FAE, Curitiba, v.4, n.1, p.49-58, jan./abr. 2001

FERREIRA, Francisco H. G. **Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil. Lutas de Classe ou heterogeneidade educacional?** . PUC, texto: 415. Rio de Janeiro, 2000.

FILHO, Naércio Menezes. Reynaldo Fernandes e Paulo Picchetti. **A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para as décadas de 80 e 90** – DESIGUALDADES E POBREZA NO BRASIL

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. < [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br) >>. Acesso em: 2008.

GARCEZ, Eduardo Wanderley. **Educação superior e o mercado de trabalho: o Estado da Bahia na década de 90**. Conj. & Planej., Salvador: SEI n.114, p.31-36, Nov. 2003. 68 p.

LAMEZA, Jacqueline de Oliveira. **Tese de Mestrado: A expansão do ensino superior privado no Brasil e a participação do financiamento estatal (1995-2004)**, PUC - São Paulo, 2006.

LEAL, Simone. **Tese de Mestrado: Modelação matemática: uma proposta metodológica para o curso de Economia**. Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/disserta99/leal> . Acesso em: novembro de 2008.

LIMA, Marcus Flávio S. **Introdução à economia**. S/d. (disponível em: [http://www.administracao\\_admni.theblog.com.br/Intruducacao\\_a\\_Economia.doc](http://www.administracao_admni.theblog.com.br/Intruducacao_a_Economia.doc). Acesso em : Dezembro de 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. < [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) >>. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/prouni/arquivos/pdf/Representacoes\\_graficas/insc\\_por\\_processo\\_sele\\_tivo\\_ate\\_2\\_2008.pdf](http://portal.mec.gov.br/prouni/arquivos/pdf/Representacoes_graficas/insc_por_processo_sele_tivo_ate_2_2008.pdf) . Acesso em: março de 2008.

MENEZES FILHO, Naércio; Fernandes, REINALDO; Picchetti, Paulo. **A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para as décadas de 80 e 90**. In: Ricardo Henriques. (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, v, p. 231-250.

MORETTO, Cleide Fátima. **Tese de Mestrado: Ensino Superior, Escolha e Racionalidade: Os processos de decisão dos Universitários do município de São Paulo – USP – São Paulo**, 2002

\_\_\_\_\_ (2004). **Os processos de decisão no ensino superior: algumas evidências para os universitários do município de São Paulo**. R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, 8(1): 183-209, jan./jun. 2004

\_\_\_\_\_ (1997). **O capital humano e a ciência econômica:algumas considerações.** Teor. Evid. Econ., Passo Fundo, v. 5, n. 9, p. 67-80, maio 1997.

NÉRI, Marcelo Cortes. **Retornos da educação no Brasil.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:

[http://www.fgv.br/fgvportal/principal/idx\\_materia.asp?str\\_chave=12651&sessao=2\(NERI\)](http://www.fgv.br/fgvportal/principal/idx_materia.asp?str_chave=12651&sessao=2(NERI)),

Acesso em: dezembro de 2008)

NEHRING, Hannelore; LANA, Rogério Adilson. **Um levantamento do perfil sócio-econômico da população de Brusque em relação à decisão da escolha no ingresso no Ensino Superior.**

[HTTP://www.unifebe.edu.br/um\\_levantamento\\_do\\_perfil\\_socio\\_economico.pdf](HTTP://www.unifebe.edu.br/um_levantamento_do_perfil_socio_economico.pdf)

Acesso em janeiro 2009.

NUNES, Edson. **Desafio estratégico da política pública: o ensino superior brasileiro.** RAP Rio de Janeiro Edição Especial Comemorativa 103-47, 1967-2007.

PEREIRA, R. S.; Pacheco, Edson. **Críticas á teoria do capital humano (uma contribuição á análise de políticas públicas em educação).** Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 9, n. n.15, p. 21-35, 2000. Disponível em:

<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>, Acesso: junho 2008.

SAUL, Renato P. **As raízes renegadas da teoria do capital humano.** Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273.

SCHETTINO, Thais Sena. **Inclusão social e Assimetria de Informação no sistema de ensino superior brasileiro – uma análise comparativa.** Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.

SOARES, Francisco Luiz Batista. **Tese de Mestrado: A escolha no ensino superior: fatores de decisão** – Porto Alegre, 2007.

SOUSA, Maria da Conceição Sampaio de. **Bens públicos e externalidades**. Disponível em: <http://www.unb.br/face/eco/inteco/textosnet/1parte/externalidades.pdf>, acessado em: 15/janeiro de 2009. UNB-Brasília, s/ data, pag. 1 a 17.

SOUZA, Nali de Jesus de, **O economista: a história da profissão no Brasil**. Análise, Porto Alegre v. 17 n. 2 p. 377-383 jul./dez. 2006

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. **“Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior Brasileiro”**. São Paulo: Pioneira, 1991 (Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais. Educação)

TAVARES, José Newton Tomazzoni. **A Política Educacional da União e os Currículos do Ensino Fundamental: Os PCNs**. TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO. PUC-MG, 2002.

WALTENBERG, Fábio Domingues. **Tese de Mestrado: Análise econômica de sistemas educativos. Uma resenha crítica da literatura e uma avaliação empírica da iniquidade do sistema educativo brasileiro**. USP, São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_ (2006). **Teorias econômicas de oferta de educação: evolução histórica, estado atual e perspectivas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.1, p. 117-136, jan./abr. 2006.